



INCLUSÃO SOCIAL:
Desafios e possibilidades na escola pública

MEIRE LÚCIA ASSIS DIAS FIRMO

Belo Horizonte
2011

MEIRE LÚCIA ASSIS DIAS FIRMO

INCLUSÃO SOCIAL:
Desafios e possibilidades na escola pública

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Educacional.

Orientação: Prof^a Wilma A. Soares Luna

Dedico este trabalho à minha família que é a razão da minha luta, aos meus professores que contribuíram enormemente em minha formação acadêmica, especialmente a Fernanda e Wilma.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente quero agradecer a Deus, razão primeira de minha vida.

Agradeço aos meus pais pela dedicação e zelo na formação de meu caráter.

Aos meus filhos e esposo, pela presença, incentivo e amor.

À Goretti, Gessy, Emilly e Esdras pelo acolhimento.

Aos meus professores, pela dedicação e comprometimento com o meu aprendizado.

Aos colegas pelas trocas e apoio.

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho apresenta um problema presente no cotidiano das escolas públicas brasileiras: a inclusão social. A análise nele contida volta-se ao enfrentamento dessa realidade por parte da escola, seus limites e possibilidades. Pretende-se compreender o contexto da inclusão dos educandos em alta vulnerabilidade social na Escola Municipal João Reis de Souza, escola pública de periferia brasileira, baseando este estudo na legislação vigente e a realidade desse atendimento. Pretendeu-se trazer uma reflexão acerca do que é uma escola inclusiva, analisando os conceitos de integração e inclusão formulando um paralelo de diferencial entre estes dois termos, situando o contexto histórico da Inclusão Social desde o início do século XVI até os dias atuais. Foi utilizado o ordenamento jurídico vigente para a área da educação, extraindo desses documentos os princípios norteadores da educação inclusiva. Analisa-se e avalia o papel do Poder Público no exercício do direito à educação, que se expressa através das políticas públicas, enfatizando sua importância e necessidade no planejamento de diretrizes voltadas à Inclusão Social. Finalmente faz referência ao papel dos professores e gestores escolares no contexto da inclusão analisando os entraves e possibilidades no ato de se realizar educação inclusiva. Para realizar tal estudo, utilizou-se da metodologia de pesquisa bibliográfica, propondo uma reflexão crítica, chamando a atenção à realidade do funcionamento da instituição escolar no acesso, permanência e atendimento de todos na educação escolarizada.

Palavras-chave: inclusão, vulnerabilidade social, formação profissional, equipe multidisciplinar, políticas públicas.

ABSTRACT

This work presents a problem present in everyday life of Brazilian public schools: social inclusion. The analysis contained in it turns to face this reality by the school, its limits and possibilities. Objective is to understand the context of inclusion of students in high social vulnerability at the Municipal School John Reis de Souza, Brazilian suburban public school, basing this study on current legislation and the reality of this care. It was intended to bring about a reflection of what is an inclusive school, considering the concepts of integration and inclusion of formulating a parallel difference between these two terms, setting the historical context of social inclusion since the early sixteenth century to the present day. We used the legal system in force for the area of education, drawing these documents guiding principles of inclusive education. Analyzes and evaluates the role of Government in exercising the right to education, which is expressed through public policies, emphasizing its importance and need for planning guidelines aimed at Social Inclusion. Finally addresses the role of teachers and school managers in the context of inclusion analyzing problems and possibilities in the act of conducting inclusive education. To accomplish this study, we used the methodology of bibliographic research and propose a critical reflection, drawing attention to the reality of operating the school in access, retention and attendance in all school education.

Keywords: inclusion, social vulnerability, professional training, multidisciplinary team policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Art. – Artigo

PPP - Projeto Político Pedagógico

EMJRS - Escola Municipal João Reis de Souza

CT - Conselho Tutelar

SME - Secretaria Municipal de Educação

SIDE - Setor de Integração e Desenvolvimento do Educando

PET - Programa de Erradicação do Trabalho Escolar

EPITOM - Escola Profissionalizante Tenente Osvaldo Machado

APAE - Associação Pais e Amigos dos Excepcionais

CRAS - Centro de Referência em Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

PDE - Plano Desenvolvimento da Educação

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

SIDA - Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

Séc. – Século

Arts. - Artigos

Cap. - Capítulo

Dec. – Década

DUDC – Declaração Universal dos Direitos da Criança

PNE – Plano Nacional de Educação

CF – Constituição Federal

MEC – Ministério da Educação

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle

SEB - Secretaria de Educação Básica

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEED - Secretaria de Educação à Distância

SEESP - Secretaria de Educação Especial

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SESU - Secretaria de Educação Superior

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	100
2. DESENVOLVIMENTO	12
2.1 UM POUCO DE HISTÓRIA	13
2.2. TRABALHANDO COM O CONCEITO DE INCLUSÃO: AFINAL O QUE É ESCOLA INCLUSIVA?	16
2.3. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	177
2.4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	22
2.5. A QUESTÃO CURRICULAR	26
2.6. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PAPEL DOS GESTORES ESCOLARES	28
3. CONCLUSÃO	30
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
5. ANEXO: Projeto Político Pedagógico	37

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo globalizado em constante movimento e transformação. A cada dia, teorias são discutidas, criadas e transformadas. Lançam-se novas descobertas na ciência, tecnologia, sociedade... Emergem assim, novos paradigmas.

Essas transformações são importantes e necessárias em face da evolução que vivemos. Porém, tem se esquecido de alguns valores indispensáveis à vida em sociedade, principalmente no que diz respeito ao direito de cada cidadão em ter asseguradas condições de vida digna e da qualidade de vida em todos os seus aspectos: espirituais, de saúde, sociais, econômicos, de moradia e habitação entre outros considerados básicos. Com isso, as desigualdades sociais crescem assustadoramente nos últimos tempos, causando um fenômeno social denominado *injustiça social*.

Ante esta premissa, nas últimas décadas, observa-se um crescente movimento mundial no sentido de se discutir estratégias e políticas públicas voltadas ao combate das injustiças sociais. Sendo assim, chefes de governos, organizações de direitos humanos, intelectuais, sentiram a necessidade de formular e viabilizar políticas, leis, programas e serviços voltados às questões da Inclusão Social. Paralela a esta questão emerge o conceito da equidade. Não basta inserir o sujeito na sociedade (integração). Além dos direitos inerentes ao ser humano, independente dos fatores sociais e econômicos, raciais, de etnia, condições físicas e intelectuais e religiosos, o conceito de Inclusão Social está intrinsecamente ligado às condições das diferentes pessoas e inteligências, à acessibilidade e ao apoio necessário ao seu pleno desenvolvimento pessoal.

Sendo assim, uma escola que se pretende democrática, não pode furtar-se à atenção com relação à exclusão social, um problema latente e atual. Especificamente no caso da escola pública que atende a um número significativo de famílias que se encontram à margem da sociedade, pois tal atitude seria injustificável.

Conforme relatado na caracterização da Escola Municipal João Reis de Souza (EMJRS) em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), a mesma encontra-se inserida numa região de periferia do município de Ipatinga, no bairro Limoeiro,

município de Ipatinga em Minas Gerais. Atende a alunos de 6 aos 14 anos, em média, e a jovens e adultos a partir dos 17 anos de idade. A grande maioria dos educandos é oriunda das chamadas classes baixas e detém um nível sócio-econômico muito baixo. Uma parcela desses educandos encontra-se com histórico de pequenos delitos e envolvimento com o uso e tráfico de drogas. Uma grande parte desses alunos encontra-se em alta vulnerabilidade social, pois uma das características do bairro é o alto índice de criminalidade, principalmente relacionado às questões das drogas. Dos quase 1.100 alunos atendidos pela escola, 98 foram encaminhados e estão sob monitoria do Conselho Tutelar (TC) e 18 deles encontram-se sob monitoria do Ministério Público. Três desses alunos encontram-se em cumprimento de medidas sócio-educativas e um está apreendido por homicídio.

Estando fundamentados no perfil dos alunos e comunidade atendida, nas necessidades desta comunidade, como se pode verificar, na legislação vigente e nas questões voltadas ao direito à Educação, é que se justifica a inclusão do tema *Inclusão Social* no PPP da referida escola. Outro fator que justifica a inserção deste tema, diz respeito ao atendimento dessa realidade, bem como as possíveis formas de enfrentamento dessas questões. Questiona-se “o que foi feito?”, “como tem sido feito?”, “com que parceiros?”, “quais resultados obtidos?” e “o que poderá ser feito, como e com quê?”.

Baseado nos princípios aqui expostos, o presente trabalho busca descrever e analisar o processo de inclusão social, no quadriênio de 2006 a 2010, na EMJRS, em Ipatinga, Minas Gerais, onde há um número significativo, em torno de 60% de alunos atendidos, em alta vulnerabilidade social. Em torno de 15% dos alunos assistidos e encaminhados à direção escolar apresentam problemas graves de indisciplina, práticas de atos infracionais na escola e conseqüentemente problemas pedagógicos. Estes foram notificados pela escola ao CT e Secretaria Municipal de Educação (SME) /Setor de Integração e Desenvolvimento do Educando (SIDE) e até mesmo à Promotoria Pública em seu serviço de atendimento da 7ª Vara da Infância e Adolescência do município, no intuito de serem inseridos em programas de atendimento às suas especificidades como, por exemplo, o Programa de Erradicação do Trabalho Escolar (PET), Escola Profissionalizante Tenente Osvaldo Machado (EPITOM), ao Faixa Azul – Programa da Associação Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). O Faixa Azul é um sistema de estacionamento rotativo

regulamentado nas grandes cidades. Em Ipatinga é administrado pela APAE. O programa proporciona a inclusão social no trabalho para jovens de baixa renda.

Finalizando, a escola que se pretende democrática e inclusiva, deve primeiramente querer romper com as barreiras existentes que promovam a exclusão, tais como preconceitos, descrenças, medos, comodismo, fracasso... Norteando esses trabalhos, faz-se necessário traçar metas, definir objetivos de maneira clara, mobilizar a comunidade escolar em prol dos objetivos traçados. Enfim, tornar o PPP da escola condizente com a realidade.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 UM POUCO DE HISTÓRIA

Educação Inclusiva é um termo redundante, visto que Educação é um direito de todos assegurado na Constituição Federal. Educação é um direito do cidadão e um dever do Estado. Não somente a Constituição Federal estabelece a Educação como um direito, mas um conjunto de leis trata da educação escolarizada, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei Nº 9394/96, O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei Nº 8096/90, o Plano Nacional da Educação (PNE), as Constituições dos Estados Federados, as Leis Orgânicas Municipais e Planos Decenais de Educação (PDE) no âmbito municipal. Porém, a História da Educação nos conta outras versões influenciadas pelo jogo do poder que instituiu várias formas de exclusão social, punindo e separando as pessoas umas das outras.

O processo de exclusão social é tão antigo quanto a história da humanidade. Desde os primórdios, a sociedade qualifica ou desqualifica pessoas, selecionando-as e inabilitando-as em face de suas diferenças. Essas pessoas eram excluídas, marginalizadas e privadas da liberdade. Sempre foram alvo de atitudes e ações preconceituosas e impiedosas.

Segundo estudos de Mendes (2006), publicados na Revista Brasileira de Educação, a história da Educação Inclusiva teve início no século XVI, com médicos e pedagogos que acreditavam nas possibilidades da inserção de portadores de necessidades educativas especiais na educação formal, que até então era considerada direito de poucos. Esses percussores desenvolviam suas teses com base na defesa de seus próprios educandos. Foi uma fase de segregação em que se acreditava que o indivíduo diferente seria melhor cuidado e protegido em ambiente separado, protegendo-se também os ditos *normais*. Paralelas a esta ideia, surgem as classes especiais nas escolas regulares, direcionadas aos alunos considerados *difíceis*. Desse modo, a educação escolar passa a ser, mesmo que lentamente, acessível aos portadores de deficiência. Mesmo assim, somente após duas guerras mundiais as classes e escolas especiais passam a ser uma alternativa aos asilos e manicômios.

Ainda de acordo com Mendes (2006), na metade do século XX até a dec. de 1970, voltam-se os olhares para as crianças e jovens excluídos da escola comum, e para os que conseguiam ingressar nos educandários, mas não avançavam no processo educacional, sendo estes encaminhados às classes especiais. O pensamento vigente era baseado na crença de que estes alunos seriam melhor atendidos em suas peculiaridades. Desse modo, a educação especial foi se constituindo em um sistema paralelo ao sistema educacional geral.

Mendes (2006) aponta que na década de 1960 deu-se início aos movimentos sociais pelos direitos humanos, que foram se intensificando. Tais movimentos sensibilizaram a sociedade sobre os prejuízos da segregação e marginalização dos grupos minoritários. Baseados em argumentos de ordem moral e fundamentos de ordem integradora, seus defensores baseavam-se na premissa da integração dos indivíduos ditos *normais* com os intitulados *deficientes* ou *não normais*, afirmando que esta era benéfica para todos. Nesse cenário, as bases empíricas da pesquisa educacional aliada à constatação do potencial de aprendizagem dos indivíduos até então considerados incapazes de aprender, também fundamentou os argumentos desses movimentos sociais pelos direitos humanos. A partir daí a preocupação dos pesquisadores girou em torno do “o que”, “para que” e “onde” eles poderiam aprender. Desse modo, o movimento pela integração toma força e passa a contar com grupos organizados, portadores de deficiências, pais e profissionais que exercem forte pressão objetivando a garantia dos direitos fundamentais e a eliminação das discriminações.

Segundo os estudos de Mendes (2006), a partir da dec. de 1960 e dec. de 1970, em plena crise do petróleo e com elevado custo dos programas segregados, passa a ser conveniente para o governo aderir à ideologia da integração, principalmente pela economia que ela representava aos cofres públicos. Tais interesses foram atendidos em diferentes países, estabelecendo-se dessa forma, bases legais que instituíram, gradualmente a obrigatoriedade da oferta de vagas em igualdade de condições para todos e diretrizes para os serviços educacionais. Desse modo, estabeleciam-se as bases para o surgimento da normalização e integração consolidadas na década de 70, tornando-se a ideologia mundialmente dominante. Nesta década houve uma mudança e as escolas comuns passam a aceitar crianças e adolescentes com limitações físicas e mentais nas classes comuns ou nas classes especiais.

Ao longo da dec. de 1980 a filosofia da integração foi bastante difundida no panorama mundial. Surgiram modelos de serviços em apoio às classes comuns, para os diferentes níveis de integração. A tese aceitável partia do pressuposto de que as pessoas com deficiências tinham o direito de conviver socialmente e que deveriam, para tanto, ser preparadas, em função de suas limitações, para assumir papéis na sociedade. Nesse período também o modelo de integração passa a ser questionado e surgem críticas baseados em dois fatos: o nível de serviço oferecido e supostamente integrador, ainda era marcado pela segregação que se configura na criação das classes especiais fadadas ao insucesso escolar. As políticas de integração escolar quase sempre resultavam em práticas de segregação total ou parcial. Desse modo, a década de 1990 vem como substituto ao termo de integração social e associado à ideia de colocação de alunos com dificuldades prioritariamente nas classes comuns.

Nesse sentido, a legislação brasileira trata da questão da inclusão como um direito, conforme se pode observar na LDBEN 9394/96, que em seu art. 4º afirma:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:
I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
(...)
III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino, (...).

Observa-se, contudo que os artigos da LDBEN 9394/96 tratam a questão da inclusão como um direito do cidadão e um dever do Estado. Portanto, é dada aos sistemas educacionais e às unidades de ensino a autonomia para se programar políticas públicas que viabilizem esse direito bem como realizar as adaptações estruturais necessárias ao recebimento destes alunos.

Baseando-se nos princípios anteriormente citados e recordando documentos considerados marcos no avanço das discussões e implementações de políticas sociais voltadas à população excluída, pode-se citar como exemplo, os princípios proclamados na Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), que reafirmam “... sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano, e resolveram promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla.” (DUDC: 1959). Tal documento norteia e serve

como ponto de partida para outras convenções, elaboração de metas de suma importância nesta questão.

2.2. TRABALHANDO COM O CONCEITO DE INCLUSÃO: AFINAL O QUE É ESCOLA INCLUSIVA?

Ao consultarmos o dicionário Aurélio pode-se notar que “inclusão é ação ou efeito de incluir, encerrar, inserir, envolver e abranger”. O termo “inclusão” aparece em meados da dec. de 1990 nos países de língua inglesa, mais especificamente nos Estados Unidos. O termo refere-se aos atos de aceitar alguém como ele é, ou seja, é o ato de incluir pessoas portadoras de necessidades especiais, participando-as do processo educacional como um todo. Essa concepção fica mais clara durante a Conferência Mundial Sobre Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em 1994 e que culminou na elaboração da declaração de Salamanca. Durante a conferência chegou-se ao consenso que o termo “necessidades educacionais especiais” diz respeito às crianças ou jovens que possuem necessidades especiais em seu processo de aprendizagem, sejam elas em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Desse modo, estas crianças ou jovens necessitam de atenção especial em algum momento de sua escolarização.

Com relação ao termo integração, como observou-se no desenvolvimento do tema aqui já tratado “Um pouco de História”, este foi fortemente difundido e aceito no início da década de 1960. Partindo do estudo da palavra integrar, pode-se observar, consultando o dicionário Aurélio, que a significação da palavra é “tornar inteiro, completar, integralizar”. Fazer parte de, juntar. “Tornar-se parte integrante, incorporar-se”. Baseando-se neste conceito, entende-se que o aluno deve adaptar-se à escola e à sua rotina.

Tendo como ponto de partida as duas concepções aqui analisadas, qual seria a diferença entre elas? Basicamente a escola que integra o aluno permite que os educandos “especiais” sejam inseridos nas classes ditas “normais” a fim de que convivam em um mesmo ambiente, não se preocupando com a compreensão e o envolvimento destas crianças para uma aprendizagem qualitativa. Neste sentido, a equipe escolar e os demais alunos não se envolvem com este e todos se esforçam

para mantê-los na ordem dentro da escola. Já a escola inclusiva se prepara para receber este aluno da mesma maneira que os demais e realiza um trabalho voltado ao desenvolvimento de suas potencialidades de aprendizagem como um todo.

Aprofundando um pouco mais no conceito de inclusão ou Escola Inclusiva tomam-se por base os estudos de Costa (2008). Na sua visão, para que a inclusão seja bem sucedida, torna-se necessário reconhecer as diferenças entre os alunos como um recurso positivo, a fim de fornecer oportunidades de aprendizagem e promover valores para todos da classe. Segundo a autora, a educação inclusiva é um meio para se alcançar a inclusão social e esta não se refere apenas ao terreno educativo, mas ao verdadeiro significado de ser incluído. A inclusão escolar deve estar implícita na inclusão social sendo que a participação no mercado de trabalho seria seu fim.

Sendo assim, a educação inclusiva não é tarefa somente da escola, ela deve caminhar junto com a construção de uma sociedade inclusiva, pois a instituição Escolar precisa estar relacionada ao sistema social, político e econômico vigente na sociedade. A educação inclusiva implica na implementação de políticas públicas, na compreensão da inclusão como processo que não se restringe à relação professor-aluno, mas que seja concebido como um princípio de educação para todos e valorização das diferenças, que envolve toda comunidade escolar” (COSTA: 2008).

A autora conclui que uma escola inclusiva adota práticas voltadas à valorização da diversidade humana no respeito às diferenças, no desejo de acolher todas as pessoas sem exceção, na convivência harmoniosa, na participação ativa da comunidade escolar em todas as etapas do desenvolvimento do processo de aprendizagem, e na crença que toda a pessoa tem algo a contribuir significativamente a si mesma, às demais pessoas e à sociedade.

2.3. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nos capítulos anteriores, este trabalho se propôs situar o contexto histórico da Educação Inclusiva, bem como realizar uma análise conceitual dos termos integração e inclusão, aprofundando-se um pouco mais as diferenças entre ambos, possibilitando, desse modo, iniciar as reflexões acerca da indagação “o que é uma escola inclusiva?”.

Neste capítulo propõe-se realizar uma análise dos documentos que referenciam a educação como um direito e extrair dos mesmos os princípios norteadores da educação inclusiva. Pretende-se pontuar o modo como o direito à educação vem sendo considerado historicamente no Brasil sob o ponto de vista do direito.

Em 20 de novembro de 2010, a Declaração Universal dos Direitos da Criança completou 51 anos. Este fato é considerado um marco na busca pelo desenvolvimento de uma sociedade onde os direitos humanos sejam considerados como prioridade absoluta de todos os Estados e das organizações internacionais. Mais do que marco histórico, tal fato instiga a reflexão, convida ao estudo de seus princípios e caminhos traçados por este instrumento. O documento proclama os direitos da criança de gozar de proteção especial, oportunidades e facilidades, direito a um nome e nacionalidade, à saúde, alimentação, habitação, assistência médica, a receber educação gratuita e compulsória, ser os primeiros a receber proteção e socorro, ser protegida contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração e proteção contra atos que possam suscitar discriminações de qualquer natureza.

A Convenção Relativa à Luta Contra Discriminações na Esfera do Ensino, documento datado em 14 de dezembro de 1960 pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em seus 50 anos de existência constitui um marco histórico e contém avanços significativos no campo do direito à educação. O documento recorda os princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, condena a discriminação considerando-a violação dos direitos e proclama o direito de todos à educação e em seu artigo 1º conceitua e cita atos discriminatórios.

Ao longo do documento, com a finalidade de eliminar ou prevenir qualquer discriminação, são registrados os compromissos dos estados-partes com relação ao abandono de práticas discriminatórias, ensino primário gratuito, condições equivalentes de qualidade de ensino e preparação docente sem discriminações.

O Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1960) reconhece a dignidade da pessoa humana e o ideal de liberdade, fazendo no escopo de seu texto, referências à carta das Nações Unidas e considera como obrigações do Estado a promoção do respeito universal e a efetivação dos direitos e liberdades do homem; enfatiza que nenhum povo deve ser privado de seus meios de

subsistência e reforça o dever do Estado em assegurar progressivamente o pleno exercício dos direitos garantidos neste pacto, através de medidas legais ou meios apropriados. O pacto propõe a implementação de programas de orientação profissional, elaboração de políticas e técnicas que visam o desenvolvimento econômico cultural e social em condições que garantam o gozo das liberdades políticas e econômicas fundamentais de cada indivíduo. O documento faz citações dos direitos básicos trabalhistas em conformidade com as leis de cada país, direito à seguridade social, alimentação, saúde, condições básicas de saneamento e ambientais. Reconhece o direito de todos à educação visando o desenvolvimento da personalidade humana tendo como finalidade possibilitar à pessoa desempenhar o exercício de sua cidadania em plenitude. Os estados-parte reconhecem a todos o direito de participar na vida cultural, beneficiar no progresso científico e suas aplicações, assegurando o desenvolvimento e difusão da ciência e cultura. Visando assegurar o respeito aos direitos reconhecidos no pacto, este trata da elaboração e apresentação de relatórios sobre as medidas adotadas e progressos realizados.

A Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990) teve como resultado a assinatura da Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Marco de Ação para a Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Na análise dos princípios recomendados na declaração foram estabelecidos cinco eixos:

1º Eixo: Universalização da educação básica

2º Eixo: O significado político da concepção das necessidades básicas de aprendizagem

3º Eixo: O papel do estado e o financiamento da educação básica

4º Eixo: Qualidade na educação

5º Eixo: O papel da solidariedade internacional

A declaração enfatiza o objetivo do direito fundamental da educação para todos, citando os problemas atuais que impedem a consolidação deste direito, mas sinaliza expectativas em um novo século cheio de esperanças e possibilidades. O documento reforça que a educação é um meio para conquistar um mundo mais seguro como também é de importância fundamental para o progresso pessoal e social.

A Declaração do Milênio das Nações Unidas (DMNU), realizada entre 06 e 08 de setembro de 2000, em Nova Iorque, reflete as preocupações dos chefes de

Estado e Governo com a pobreza extrema, condições de saneamento básico, educação, saúde, em especial, a propagação do HIV/SIDA, desenvolvimento sustentável, paz no mundo, injustiça e desigualdade social, o terror e o crime e a proteção ambiental para usufruto das gerações futuras. Os dirigentes mundiais declaram que “... *querem ações, acima de tudo, resultados*”. (DMNU: 2000). O documento reforça os princípios da Carta das Nações Unidas como meio para consolidação de um mundo pacífico, mais próspero e justo pautado por valores como: liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade comum, frisando que compete aos dirigentes das nações-parte alcançarem os objetivos propostos no documento. Tendo como finalidade avaliar a evolução dos compromissos firmados pelas nações-parte, o documento propõe a publicação periódica de relatórios que serão apreciados e que sirvam de base para adoção de posturas e medidas. Reitera o compromisso das Nações Unidas em suas aspirações universais de paz, cooperação e desenvolvimento. Esta declaração veio lançar um processo decisivo da cooperação global no séc. XX. Nela foi dado um enorme impulso com relação às questões de desenvolvimento, identificando desafios centrais enfrentados pela humanidade no limiar do novo milênio, e com aprovação dos objetivos de Desenvolvimento do Milênio pela comunidade internacional, a serem atingidos até 2025. Foram ainda estabelecidas metas quantitativas para a maioria dos objetivos, com vista a possibilitar a medição e acompanhamento dos progressos obtidos em nível global e nacional.

A lei 8.069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reserva o cap. IV para tratar das questões relativas ao Direito à Educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. Através dos arts. 53 a 59, o documento recomenda que a criança e o adolescente tenham o direito à educação, que a família tem direito de estar ciente e participar do processo pedagógico e da definição das propostas educacionais. Frisa que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o Ensino Fundamental, atendimento especializado aos portadores de deficiência. Os arts. 87 ao 89, citam as políticas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, sendo estas articuladas através de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios. O documento trata, além de outros assuntos das entidades de atendimento e da fiscalização destas entidades, das Medidas de Proteção das Práticas de Ato Infracional, dos Direitos Individuais, das Garantias Processuais e Sócio Educativas, da Advertência,

Prestação de Serviços à comunidade, Liberdade Assistida, Regime de Semi-liberdade, Internação e Remissão.

A LDBEN 9394/96 estabelece a educação como um direito subjetivo e inalienável mediante os princípios de igualdade de condições, liberdade e pluralismo de ideias, respeito, gratuidade, valorização do educador, gestão democrática, equidade, valorização da experiência extra-escolar e vínculo educação-trabalho, prática social. O cap. V da LDBEN/96 é dedicado à educação especial entendendo que esta modalidade deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de Ensino aos alunos portadores de necessidades especiais. A lei prevê atendimento especializado com apoio de serviços especializados quando necessário, na escola regular. Ela também prevê uma estrutura de pessoal de apoio ao atendimento educacional, bem como "... currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades." (cap. V, Art. 59º, Inciso I da LDBEN 9394/96). Também prevê no parágrafo III: "Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns".

Realizando a análise destes documentos e sabendo que o primeiro referenciado neste capítulo possui mais de meia década de existência, pode-se afirmar que o Brasil está muito longe da plena efetivação dos princípios fundamentais nele salvaguardados. Esta afirmativa vale para os demais documentos citados. Voltando o *olhar* para situação das crianças e adolescentes atendidas na escola pesquisada, pode-se verificar que a situação de uma parcela significativa delas permanece crítica, resultando de condições inadequadas, conflitos, exploração, abusos, violações de direitos, fome, analfabetismo, demonstrando que se torna urgente uma ação efetiva na promoção do bem estar das crianças e adolescentes e seu desenvolvimento.

... acostumamo-nos a ver a débil situação em que vivem inúmeras crianças e famílias por todo o mundo, flagelados da fome, da miséria, da falta de condições sanitárias e de saúde (SOUZA, 2001).

Os direitos proclamados nestes documentos só passarão a ser realidade quando a sociedade tomar conhecimento de seus direitos e passar a exigí-los, compreendendo que a educação é parte deles, podendo ser exigida inclusive judicialmente. Neste sentido, a escola tem muito a contribuir em seu papel formador

e na conscientização da comunidade escolar, principalmente levando em consideração o perfil da comunidade atendida pela EMJRS. Tal iniciativa possibilitaria à comunidade escolar desempenhar o exercício de sua cidadania em plenitude.

2.4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

O Estado desempenha papel fundamental para o exercício do Direito à Educação. O modo como este direito será legitimado constitui em políticas públicas. Para que se entenda, de maneira um pouco mais aprofundada a importância e a necessidade de diretrizes e planejamento em políticas públicas, torna-se necessário ter bem claro o conceito e concepções sobre este termo.

A palavra política é de origem grega e vem dos tempos em que os gregos se organizavam em cidades-estado chamadas “polis”. Da palavra “polis” se derivaram outras palavras como “*politiké*” - política em geral – e “*politikós*” referindo-se aos cidadãos. A palavra estendeu-se ao latim “*politicus*” e chegou às línguas européias modernas através do francês “*politique*”, sendo que em 1265 já era definida neste idioma como ciência do governo dos Estados. Existem várias acepções básicas para conceituar o termo política:

No sentido comum, política se define como substantivo ou adjetivo e compreende a arte de guiar ou influenciar o modo de governo pela organização de um partido político, pela influência da opinião pública, pela aliciação de eleitores.

Na concepção erudita, política consiste nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem, ou ainda a orientação ou atitude de um governo em relação a certos assuntos e problemas de interesse público.

O termo política se expandiu graças à influência de Aristóteles. Para ele, política categorizava funções e divisão do Estado e as várias formas de governo. Na filosofia aristotélica a política é a ciência que tem como objeto a felicidade humana. Esta ciência é dividida em ética e na política propriamente dita. A ética trata da felicidade individual do homem na *pólis* e a política da felicidade coletiva da *pólis*. Para Aristóteles o objetivo da política é investigar as formas de governo e as

instituições capazes de assegurar uma vida feliz ao cidadão, buscando o conhecimento como meio para a ação. Segundo Aristóteles:

Vemos que toda cidade é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem; se todas as comunidades visam algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras tem mais que todas este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens; ela se chama cidade e é a comunidade política.”. (POL, 125 A).

Como se pode perceber, por meio do pensamento aristotélico, as ações políticas são imprescindíveis para orientar e assegurar os direitos coletivos e individuais de cada cidadão. Direcionando esta reflexão ao direito à educação e tomando como base as concepções da Teoria Crítica, passa a ser foco desta análise as seguintes concepções:

- O direito à educação privilegia o conjunto de dimensões nele implicadas: ético, político, cultural, além de econômico, tendo sempre presentes os problemas sociais existentes.
- O debate de temas voltados aos problemas sociais se torna imprescindível para a aquisição de valores e exercício da consciência crítica em face da realidade social vigente. Isso implica em desenvolver conhecimentos e habilidades de cidadania e consciência de direitos e responsabilidades.
- A educação é um direito fundamental para que outros direitos humanos sejam vivenciados.

Neste contexto, tanto a escola quanto o Estado têm papéis distintos a desempenhar. Neste sentido, a escola é o local em que se viabiliza o usufruto do direito a educação, quando nela se realiza a escolarização dos sujeitos. Tal direito deve ser referenciado socialmente através da equidade da educação: garantia do acesso, permanência e sucesso escolar. Para que esta finalidade seja atingida, a escola necessita desempenhar seu papel de formadora de sujeitos, que têm na gestão democrática um dos meios para sua viabilização através do diálogo e participação dos atores na elaboração e planejamento da organização escolar.

Mas a escola sozinha não pode ser responsável por planejar e organizar o trabalho educacional. Há problemas relativos à viabilização do direito à educação e à equidade do ensino que têm relação com as políticas educacionais brasileiras, a legislação concernente à ação do Estado e sua materialização na sala de aula. No Brasil, a definição do papel do Estado em relação à educação escolar, é respaldada

pela legislação. A Constituição Federal (CF) é o primeiro instrumento que determina os direitos e deveres do cidadão, estabelecendo o modo como o Estado deve agir no cumprimento e resguardo dos direitos de cidadania. No ordenamento jurídico, como se pode constatar no capítulo anterior “Fundamentos da Educação Inclusiva”, a educação é definida como um direito do cidadão e dever do Estado: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família.” (Artigo 205, CF/88). Mas quais diretrizes nacionais expressam as políticas públicas que possibilitem aos sistemas educacionais transformar as escolas públicas brasileiras em espaços inclusivos de qualidade?

O Ministério da Educação (MEC) é o órgão do governo brasileiro responsável por organizar, gerenciar, financiar e fiscalizar os principais programas educacionais brasileiros, podendo ser citados o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC). Estes dois grandes programas são subdivididos em outros importantes programas que atendem as especificidades do ensino. As ações do MEC são baseadas em leis, decretos, portarias, resoluções, avisos e documentos internacionais que regulamentam a educação nacional. O MEC é subdividido em secretarias que atuam de acordo com as especificidades de cada modalidade de ensino: Secretaria de Educação Básica (SEB), Secretaria de Educação Continuada, Secretaria de Alfabetização e Diversidade (SECAD), Secretaria de Educação à Distância (SEED), Secretaria de Educação Especial (SEESP), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e Secretaria de Educação Superior (SESU). Com relação à política de inclusão o MEC elaborou, através da SEESP e seu Departamento de Políticas de Educação Especial, o Documento Subsidiário à Política de Inclusão. Basicamente o documento trata da análise de referências da educação especial, do processo de inclusão, faz relatos de estudos de casos, e da rede de apoio à educação inclusiva.

Este documento tem como objetivo subsidiar os sistemas educacionais para transformar as escolas públicas brasileiras em espaços inclusivos de qualidade, que valorizem as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais e atendam às necessidades educacionais de cada aluno. (MEC: 2005, p. 7).

Não se pretende, neste trabalho, discorrer acerca do documento do MEC, mas apontá-lo como um referencial para as políticas públicas de inclusão nos estados e municípios. Como o próprio documento afirma, o princípio que move as

instituições de ensino para a prática da inclusão é que os sistemas educacionais compreendam e passem a propor alternativas inclusivas para a educação e não somente na educação escolarizada, coordenando os serviços de educação, saúde e assistência social. “(...) a manutenção de serviços especializados e de apoio ao processo de ensino-aprendizagem não caminha na contramão de uma educação radicalmente inclusiva, mas é essencial para sua concretização.” (MEC: 2005, p. 21).

Observando a prática da EMJRS no tocante à inclusão, pode-se afirmar que a mesma encontra-se solitária na construção desse processo. Os educandos encaminhados pela SME, Conselho Tutelar e/ou Ministério Públicos, e inseridos no contexto escolar, geralmente apresentam graves problemas disciplinares, encontram-se em alta vulnerabilidade social e necessitam de apoio pedagógico especializado e individualizado para que sua inclusão na instituição escolar e na sociedade aconteça de fato. A escola não dispõe de recursos humanos ou estruturais para a realização de um trabalho voltado ao resgate deste aluno. Sendo assim, a única *porta de entrada* para o atendimento educacional especializado seria o próprio sistema público municipal. Porém, a SME não dispõe de uma equipe multidisciplinar que atenda a esta demanda. Apesar deste fato a escola procura encaminhar seus educandos aos setores e órgãos competentes para fornecer o apoio necessário para que se processe a inclusão do educando. Por outro lado, os órgãos e setores de apoio (Ministério Público, SIDE, Conselho Tutelar, CRAS, CREAS) também se queixam da falta de programas específicos para atendimento desta demanda, ou seja, não há políticas públicas no município que garantam o atendimento dos alunos em alta vulnerabilidade social. Mesmo com os esforços da escola no intuito de atender as especificidades de seus alunos, o processo é moroso e demanda muita dedicação e tempo por parte das equipes de gestores, o que ocasiona nos docentes certa insatisfação, sensação de descrédito no sistema público, pois são estes que diariamente tem que lidar com as situações problemáticas envolvendo estes adolescentes como a falta de estrutura adequada para o trabalho, a falta de preparo dos profissionais e, aliado a estas, as situações de violência gerada pela exclusão, desestrutura e baixa auto-estima destes educandos e de seus familiares.

Para solucionar este impasse torna-se necessário uma nova concepção de educação e sociedade e essa nova educação, de caráter inclusivo, só se faz por

meio da vontade pública e torna-se emergente que o sistema educacional do município de Ipatinga assumira essa vontade.

2.5. A QUESTÃO CURRICULAR

A questão do currículo afeta a organização do trabalho na escola e constitui-se em um elemento estruturador do trabalho escolar. A organização escolar por sua vez, é inseparável da organização curricular. O currículo é um campo do conhecimento pedagógico no qual se destacam as experiências escolares em torno do conhecimento. Ele deve estar voltado às especificidades da escola em meio a relações sociais e à construção das identidades dos educandos. No currículo são sistematizados os esforços pedagógicos da escola.

Diferentes concepções estão associadas à palavra currículo, sendo que estas provêm do entendimento de educação que cada vertente defende, bem como da historicidade e influências teóricas presentes em seu entendimento. Estas concepções refletem diferentes compromissos e posições teóricas. Paralelamente e interligada aos paradigmas da educação, as discussões sobre o currículo discorrem associados aos documentos oficiais. Nesses documentos se encontram os subsídios e sugestões sistematizados para o trabalho educacional. Mesmo sendo os documentos oficiais de importância primordial para a organização curricular, não se pode deixar de pontuar a importância dos estudos que vem sendo feitos neste campo. Sua principal contribuição se dá na compreensão da origem das mudanças nas tendências curriculares.

As discussões sobre currículo encontram-se focadas no tema conhecimento escolar: os conhecimentos construídos socialmente e os que circulam nos diferentes espaços sociais e se constituem direito de todos. A produção do conhecimento escolar se dá por meio das relações estabelecidas entre a escola e a sociedade. Dessa forma, o que aluno aprende é o produto de um processo de construção de conhecimentos apresentados.

A prática mais comum na EMJRS envolvendo planejamento curricular, está pautada a análise coletiva dos educadores dos seus currículos, sendo que os conteúdos curriculares são analisados e revisados. Esta prática se constitui em uma

dinâmica promissora. Porém, o que se deve pensar é no educando e como este está sendo condicionado pelos conhecimentos e pelas lógicas de tempo pré-definidos. O que fazer então com os alunos que apresentam problemas de aprendizagem? Será que alguns desses problemas resultam dessa lógica temporal que norteiam as aprendizagens? Com quais recortes se devem organizar os conhecimentos no currículo? Tais indagações seriam um primeiro passo para a escola organizar seu currículo a partir dos educandos e de suas necessidades. Investigar tais indagações requer tempo e dedicação e a organização do sistema escolar atual impossibilita que o professor desempenhe esta função que talvez seja uma das mais importantes no exercício da docência.

O docente só poderá realmente assumir sua função e seu papel, de acordo com aquilo que é posto pelas políticas públicas no campo educacional, quando forem criadas condições para que ele possa dedicar-se à solução dos problemas educacionais. Quando ele/a puder concentrar suas energias em colocar em ação uma proposta de currículo afinada com as concepções de uma educação inclusiva. Quando o Poder Público entender que, para uma mudança no quadro da educação, é necessário que sejam realizadas reformas econômicas e sociais e sejam concedidas mais verbas para a educação e mais apoio e incentivo à carreira docente. (...) considera-se que seria oportuno, uma vez mais, concluir lembrando de seus direitos: direito a uma remuneração digna, direito a melhores condições de trabalho, direito de participar em todas as instâncias em que seu trabalho é discutido e analisado. (SANTOS: 2002, p. 364).

Existe outra preocupação que produz uma inquietação entre os educadores: o rebaixamento da qualidade da docência e da escola. Há também muita dificuldade em superar o olhar classificatório sobre os alunos e chegar a um consenso sobre o padrão de normalidade bem sucedida na gestão dos conteúdos. Neste sentido, a escola deve avançar em seus estudos revendo a lógica que estrutura os conhecimentos e os tempos de aprendizagem. Sendo assim, a escola necessita de maior autonomia para definir, em seu coletivo e a partir da realidade e necessidade de seus educandos, suas próprias lógicas de tempo de aprendizagem, visto que esta é a maior queixa dos educadores em relação à aprendizagem de seus educandos.

2.6. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PAPEL DOS GESTORES ESCOLARES

Como se pode observar, o próprio documento Subsidiário à Política de Inclusão do MEC, atenta para o fato de que:

A efetivação de uma educação inclusiva neste contexto secular não é uma tarefa fácil. Não menos desprovida de dificuldades é a tarefa de um Estado que intenta organizar uma política pública que, como tal, se empenha na busca de um caráter de universalidade, garantindo acesso a todos os seus cidadãos às políticas que lhe cabem por direito. (MEC: 2005, p.24).

Tendo em vista tal realidade, e a própria realidade da EMJRS, pode-se afirmar que a formação dos profissionais da escola, que estarão atuando *in locu* dentro de uma realidade inclusiva, é um dos pontos chave para o sucesso desta. Com isso não se pretende afirmar que o sucesso de uma escola inclusiva incide unicamente sobre a responsabilidade dos gestores escolares, professores e profissionais da educação e acontece unicamente dentro dos muros da escola. Pelo contrário, a escola inclusiva começa a se tornar realidade a partir do desejo do poder público em garantir o cumprimento de um direito que é de todos: uma educação escolarizada de qualidade com garantia de acesso e permanência a todos os seus educandos. Como se pôde verificar ao longo desse trabalho, esse desejo é expresso pelas políticas públicas aplicadas pelos gestores dos sistemas educacionais em nível macro e se configuram em ações cotidianas do planejamento escolar.

A formação dos profissionais da educação é imprescindível para se fazer educação inclusiva e se constitui em um dos eixos norteadores da escola inclusiva associadas a outras ações igualmente importantes como a formação dos gestores educacionais, estruturação do prédio escolar tanto do ambiente físico como a sala de multirrecursos, atendimento especializado com uma equipe multidisciplinar que servirá de apoio a família e ao próprio professor com a finalidade de desenvolver um trabalho interdisciplinar e de qualidade.

Ouvindo os professores da EMJRS, percebe-se que os mesmos têm consciência da garantia legal do acesso e permanência do educando, mostrando-se conhecedores da política de inclusão. Por outro lado, apontam inúmeros entraves pelo fato de se sentirem sozinhos, despreparados para o atendimento das especificidades desses educandos, especialmente se tratando da inclusão social,

realidade latente vivenciada pela escola. Os professores se queixam da ausência de estrutura física, dos suportes necessários ao atendimento do aluno, da morosidade do atendimento dos órgãos de apoio, salas superlotadas impossibilitando o atendimento individualizado ao aluno, ausência de serviços de orientação educacional e atendimento educacional especializado, da falta de formação e conhecimento da própria família e da ausência de políticas de formação continuada com qualidade e temas voltados para esse fim, ou seja, o próprio despreparo para lidar com as situações vivenciadas em seu cotidiano.

Neste contexto, emerge o papel do gestor escolar que se expressa em assumir e liderar a efetivação do direito à educação, no âmbito de suas atribuições. As práticas pedagógicas e as políticas internas escolares são efetivadas através da construção democrática do PPP da escola. Cabe ao gestor escolar implementar coletivamente a gestão democrática da educação, definindo sua função, forma de desenvolvimento e organização na perspectiva do planejamento participativo. Isso implica no fortalecimento dos processos e práticas participativas e coletivas de organização da educação e da escola. Sendo assim, as decisões tomadas articulam-se com os interesses dos grupos representados constituindo-se um problema político. Voltados para um processo de decisão coletiva, a gestão democrática torna-se uma *ferramenta* do gestor escolar. Através dela o gestor escolar expressa o anseio dos cidadãos e da sociedade, configurando-se em uma administração concreta, encontrando no diálogo com os demais órgãos de apoio e SME, um respaldo maior e mais consolidado.

3. CONCLUSÃO

Ainda atendo-se ao direito à educação com equidade, citar-se-á o art. 10º da LDBEN 9394/96, que explicita o papel dos Estados Federados:

Os Estados incumbir-se-ão de:

I – elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus municípios; (...).

Nesses termos, compete aos municípios, de acordo com o art. 11:

Os municípios incumbir-se-ão de:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, interligando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados; (...).

Com relação às Unidades Escolares, a LDBEN 9394/96, em seu artigo 12 orienta:

Os estabelecimentos de Ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica. (...).

Visto que o PPP da escola em questão trata superficialmente o tema, não contemplando as necessidades desses alunos, deixando-os à margem do processo educativo e da construção de sua identidade enquanto cidadãos, conforme orienta nos seus objetivos específicos:

- Desenvolver uma proposta educativa no sentido de garantir acesso, permanência e progressão dos educandos, respeitando os ritmos diferenciados e resgatando a cidadania e auto-estima.
- Atender alunos portadores de necessidades educativas especiais, numa perspectiva mais qualificada para melhor integração no grupo. (PPP Escola Municipal João Reis de Souza, 2010).

Outro trecho que reforça esta premissa se encontra na descrição da Estrutura Pedagógica da Escola a qual reitera:

A escola em sua metodologia de ensino segue uma proposta curricular baseada nos Parâmetros Curriculares Nacionais. O Plano de Curso elaborado em conjunto com representantes da equipe diretiva, professores da rede municipal de Ipatinga e Secretaria Municipal de Educação é a base para o trabalho escolar, porém tendo em suas características a flexibilidade de qualquer currículo adequando-o às necessidades dos educandos e acompanhado sistematicamente por um coordenador pedagógico. (PPP Escola Municipal João Reis de Souza, 2010).

Ao realizar a análise do PPP da escola, item “Análise Estratégica da Escola”, subitem Ambiente de Aprendizagem: Pontos Fracos Internos, os profissionais da escola descrevem: “Problemas graves disciplinares e demanda de alunos com distúrbios comportamentais sem atendimento psicológico ou social (...)”. Já no subitem “Oportunidades Externas”, estes descrevem como prioridades:

- Agilidade no atendimento dos educandos encaminhados aos setores e instituições competentes;
- Políticas públicas voltadas para o atendimento à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social grave;
- Parcerias com CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) e SIDE/SME (Setor de Integração e Desenvolvimento do Educando/Secretaria Municipal de Educação). (PPP Escola Municipal João Reis de Souza, 2010)

Conclui-se, através da análise destes trechos do PPP da escola, que não se encontram elencadas neste documento, ações pedagógicas voltadas ao atendimento desta demanda, mas há sim, ações administrativas, de responsabilidade da equipe de gestores da escola. No que diz respeito à relação professor-aluno-família, o documento não deixa explícito quais ações serão direcionadas a esta problemática. Percebe-se que torna-se necessário, primeiramente, realizar um trabalho coletivo a fim de integrar escola e comunidade em relação ao assunto inserção social e a posteriori, conhecer e fazer valer as políticas públicas que garantam a inserção e permanência desse aluno na escola, não só com seus direitos, mas também com deveres para que se promova o bem estar social.

Uma instituição escolar que deseja tornar-se inclusiva e trabalhar com todos os alunos esses valores deve investir no seu projeto político pedagógico envolvendo toda comunidade escolar. Para isso, a escola deve realizar o seu diagnóstico, identificar as potencialidades e necessidades dos alunos e rever seu currículo, para que este reflita o meio sócio cultural em que seus educandos estão inseridos, bem como suas concepções pedagógicas, políticas e de formação humana, tornando a aprendizagem o eixo central das atividades escolares e o reconhecimento da riqueza da diversidade.

Considerando os direitos tratados nos documentos e os avanços neles pontuados ao longo dos tempos, principalmente no que tange ao campo das

políticas sociais, pode-se afirmar que a comunidade a qual a escola encontra-se inserida, vive o paradoxo dos direitos estabelecidos por lei em detrimento da violação dos mesmos. Os direitos humanos desta comunidade escolar são sistematicamente violados por governos e instituições que deveriam ser, por lógica, os primeiros a defendê-los e institucionalizar políticas públicas efetivas para sua gradual garantia. A sociedade encontra-se “mergulhada” em leis que consagram os direitos inalienáveis de todos sem distinção, porém não assegura de fato à população uma vida justa e digna. O mero reconhecimento dos direitos inerentes ao ser humano não é suficiente para assegurar seu exercício na vida daqueles que são excluídos na estrutura social. Tornam-se urgentes, portanto, programas sociais que visam zelar pela difusão, compreensão e efetivação dos direitos humanos.

Assim, não é só obrigação de cada um (a) de respeitar as diferenças e os direitos humanos de todas as pessoas. É dever do Estado desenvolver políticas públicas para que esses direitos se efetivem. (Ação Educativa, 2005).

Apesar da expansão do número de matrículas no ensino fundamental, não se pode afirmar que há garantia da educação com equidade para todos. É preciso ter claro que não basta ampliar o acesso à educação, é necessário garantir que o ensino seja de qualidade e atenda as necessidades e especificidades dos diferentes grupos. O direito à educação está assegurado pela Constituição Federal de 1988, a LDBEN, o PNE, destacando-se também no ECA. Para fazer valer as leis tornam-se necessárias ações governamentais, ou seja, políticas públicas que garantam o direito à educação. Torna-se necessário também, que a sociedade se organize e exija o cumprimento de seus direitos. Sendo assim, a escola estudada deve estruturar no seu coletivo, ações voltadas à mobilização da comunidade escolar em prol da melhoria da qualidade do atendimento aos alunos em situação de vulnerabilidade social. A partir daí, planejar ações a curto, médio e longo prazos que deverão ser contempladas em seu PPP. Pode-se prever também, ações coletivas articulando-se escola-família-comunidade-entidades de apoio, na exigência de condições mínimas ao atendimento das especificidades destes educandos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marina da Silveira Rodrigues. **A Escola Inclusiva do Século XXI: as crianças podem esperar tanto tempo?**. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos906/a-escola-inclusiva2.shtml>. Acesso em 26/09/2010.

ALVES, Graziela. **A Construção de uma escola Inclusiva**. Disponível em: <http://www.profala.com/arteducesp103.htm> Acesso em 26/09/2010

_____. **Construindo a Escola Inclusiva: a escola da diversidade**. Disponível em: <http://www.porfala.com/arteducesp103.html>. Acesso em 26/09/2010.

BETTO, Frei. **Educação em direitos**. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/bib/betto.html>. Acesso em 26/04/2010.

BRASIL – Ministério da Educação. Secretaria Executiva Adjunta. Conferência Nacional de Educação Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o plano nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação. Documento Final. **Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso escolar**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 10/05/2010.

_____. **Justiça Social, Educação e trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 15/05/2010.

_____. **Convenção Relativa à Luta contra as Discriminações na Esfera do Ensino**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 13/04/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Paulon, Simone Mainieri et al. **Documento Subsidiário à Política de Inclusão**. Brasília, 2005. 50p.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. **A função Social da Escola Pública**. p. 14 – 20. Brasília, 2004. (Caderno 1).

_____. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. **Conselhos Escolares e Legislação Educacional**. p. 21 – 29. Brasília, 2004. (Caderno 1).

_____. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. **O pluralismo e o respeito às diferenças**. p. 22 – 24. Brasília, 2004. (Caderno 2).

_____. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: Conselho Escolar e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade. **A escola da Exclusão e os desafios para sua superação**. p. 20 – 21. Brasília, 2004. (Caderno 3).

_____. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor. **A educação como direito**. p. 16 – 18. Brasília, 2004. (Caderno 5).

_____. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: Conselho Escolar o financiamento da educação no Brasil. **As políticas e gestão da educação básica no Brasil e o direito à educação**. p. 12 – 22. Brasília, 2004. (Caderno 7).

COSTA, Cirlandia Rouseline Almeida. **A Escola Inclusiva e a Diversidade**. Disponível em: <http://www.soprando.net/estudantes/a-escola-inclusiva-e-adiversidade>. Acesso em 26/09/2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação:** um campo de atuação do gestor educacional na escola. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 15/04/2010.

DOURADO, Luiz Fernando; MORAES, Karine Nunes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Função Social da Educação e da Escola.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/05/2010.

_____. **Premissas Básicas para Democratização da Escola.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 19/05/2010. Acesso em 18/05/2010.

Escola de Gestores – MEC. **O Direito à Educação:** Limites e perspectivas. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 13/04/2010.

_____. **Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959).** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 14/04/2010.

_____. **Convenção Relativa à Luta contra as Discriminações na Esfera do Ensino.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 13/04/2010.

_____. Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia u Desarrollo. Ação Educativa. **Educação Também é Direito Humano.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 13/04/2010.

GALASSO, Lô. **Inclusão:** respeito às diferenças, igualdade de direitos e equidade. Disponível em: <http://www.scipione.com.br/igualdade/pdfs/artigo2.pdf>. Acesso em 26/09/2010

HADDAD, Sérgio. **O Direito à Educação no Brasil – Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 15/04/2010.

IPATINGA. Escola Municipal João Reis de Souza. **Projeto Político Pedagógico.** Ipatinga, MG, 2010.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de Deficiência:** a questão da inclusão social. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200008&script=sci_arttext&tlng=en Acesso em 26/09/2010

MENDES, Enicéia. **A Radicalização do Debate Sobre Inclusão Escolar no Brasil.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-883920000008&script=sci_arttext&tlng=en%5D. Acesso em 26/09/2010

PETRIN, Elaine Aparecida. **Escola Inclusiva:** direito de todos. Disponível em: <http://www.artigos.com/artigos/humanas/educacao/escola-inclusiva:-direito-de-todos-6993/artigo/> . Acesso em 26/09/2010.

WIKIPÉDIA. **Política.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADtica>. Acesso em: 26/09/2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:
Escola Municipal João Reis de Souza

MARIA APARECIDA SILVA FREITAS
MEIRE LÚCIA ASSIS DIAS FIRMO
MÔNICA SOUSA RODRIGUES ANDRADE
YOLANDA KAIZER HOSKEN

Belo Horizonte
2010

**MARIA APARECIDA SILVA FREITAS
MEIRE LÚCIA ASSIS DIAS FIRMO
MÔNICA SOUSA RODRIGUES ANDRADE
YOLANDA KAIZER HOSKEN**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:
Escola Municipal João Reis de Souza

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina Projeto Vivencial.
Universidade Federal de Minas Gerais.

**Belo Horizonte
2010**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	04
1.1PROFISSIONAIS DE APOIO À ATIVIDADE DOCENTE.....	06
2 FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	07
3 OBJETIVOS	08
3.1 OBJETIVOS GERAIS.....	08
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	08
4 METAS	10
5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	11
5.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....	11
5.1.1 Relação dos Bens Permanentes Adquiridos e Reformas Realizadas no Período de Junho de 2006 a julho de 2010.....	14
5.2 ESTRUTURA PEDAGÓGICA	20
5.2.1 Análise Estratégica Da Escola	22
5.2.2 Padrões de Recursos e Infra-Estrutura	27
5.2.3 Relação Aluno-Docente	29
6 CURRÍCULO	31
6.1 CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	31
6.2 CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM	32
7 TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR	33
7.1 CALENDÁRIO	34
8 RELAÇÕES DE TRABALHO	38
9 PROCESSOS DE DECISÃO	39
10 AVALIAÇÃO	41
10.1 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS	41
10.2 SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	42
10.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	43
11 CONCLUSÃO	44
12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

1 INTRODUÇÃO

Sendo o Projeto Político Pedagógico o retrato da escola e um importante instrumento no processo educacional a Escola Municipal João Reis de Souza reconhecendo a relevância de sua elaboração como pressuposto para uma Gestão realmente democrática, decidiu por criar sua proposta pedagógica. É importante ressaltar que a participação de todos os segmentos deveria ter seu espaço garantido no processo de discussão e construção da proposta. Direção, professores, assessores pedagógicos, Secretaria Municipal de Educação, funcionários, pais e alunos, enfim toda à comunidade escolar deveria participar efetivamente. Essa participação propiciaria uma melhor compreensão do trabalho escolar fornecendo subsídios para o sucesso. O que se constrói coletivamente gera compromisso e este um envolvimento necessário para se alcançar os objetivos primordiais de uma instituição de ensino, oferecer um ensino de qualidade. No entanto, por mais que se desejasse essa interação, não foi possível alcançá-la. Isso mostra a necessidade de uma conscientização por parte de todos os sujeitos envolvidos com a educação. Se desejamos alcançar os objetivos precisamos unir nesse propósito. Afinal integrar a comunidade escolar estimulando-os numa educação transformadora e abrangente culmina na conquista da liberdade e a compreensão do mundo de cada cidadão.

Instituição: Escola Municipal João Reis de Souza

Endereço: Rua João Vicente dos Santos, 425, bairro Limoeiro – Ipatinga - Minas Gerais – CEP: 35.163-454

E-mail: lpatinga.emjrs@gmail.com

Pertencente ao Sistema Municipal de Educação do município de Ipatinga, estado de Minas Gerais, em 03 de novembro de 1990 foi criada a Escola Municipal do Bairro Limoeiro, atendendo de agosto a dezembro de 1991 alunos de 06 anos que seriam recebidos na 1ª série do ano seguinte. De acordo com o Parecer nº 302/92, aprovado em 12/05/92, através do Processo nº 19133 e Portaria nº 520/92 da Secretaria de Educação, foi autorizado o funcionamento da Escola Municipal do Bairro Limoeiro - Ensino fundamental 1ª a 8ª série. Em 04 de junho de 1992, sob a lei nº 1225 aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito Chico Ferramenta passa a ser denominada

"Escola Municipal João Reis de Souza", em homenagem ao proprietário da Fazenda Córrego Santa Cruz, onde está localizada a escola. João Reis de Souza nasceu em 1920, casou-se com Ana Fernandes Madeira de Souza teve 03 filhos, vindo a falecer em 1970. Assim, sob a Portaria nº 1030/92, publicada no jornal Minas Gerais de 21/11/92, fica autorizada a denominação de Escola Municipal do Bairro Limoeiro para Escola Municipal João Reis de Souza.

Tabela 1: Professores em Exercício e Pessoal Técnico Administrativo

Cargo/ Função	Quantidade	Ens.Fund.		Ens. Médio			Ens. Superior		Especial.		Mestrado		
		Completo	Incompleto	Habilitação	Manistério	Outra	Habilitação	Com	Licenciatura	Sem	Licenciatura	Completo	Incompleto
Diretor	01	01	-	01	-	-	01	-	-	-	01	-	-
Vice-diretor	02	02	-	02	-	-	02	-	02	-	-	-	-
Secretário	01	01	-	01	-	-	01	-	-	-	-	-	-
Coordenador Pedagógico	03	01	-	02	01	-	03	-	02	-	-	-	-
Professor 1º ao 5º anos	22	22	-	22	-	-	22	-	11	-	-	-	-
Professor 6º ao 9º anos	25	25	-	19	03	-	25	-	18	02	-	01	-
Professor	02	02	-	02	-	-	02	-	-	-	-	-	-

EJA Alf/Aprim.	2										
Professor EJA 1º ao 4º segmentos	1	11	-	09	03	11	-	04	-	-	-
Professores PRAEJA	0	02	-	02	-	02	-	02	-	-	-
TOTAL	6	69	00	62	07	69	00	39	03	00	01
	9										

Fonte: Planilha Quadro de Funcionários EMJRS Secretaria Municipal de Educação

1.1 PROFISSIONAIS DE APOIO À ATIVIDADE DOCENTE

Em casos de ausências dos professores, cinco auxiliares pedagógicos fazem esta substituição sendo dois professores no turno matutino, dois no turno vespertino e um no turno noturno. Como esses profissionais encontram-se frequentemente nas salas de aula, em substituição aos professores regentes, não há como manter uma organização de apoio às atividades pedagógicas os utilizando. O Programa Mais Educação com previsão de início ainda no ano de 2010 funcionará em um anexo da escola (programa do Governo Federal destinado a extensão progressiva da carga horária dos educandos das escolas públicas) e contará com mais dois funcionários para este fim. Estes já se encontram na escola a espera da tramitação do processo de início do programa.

2 FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

Tomando como referência os objetivos e as metas definidas, visando operacionalizar as ações propostas para a melhoria da prática pedagógica, propõe-se apontar soluções ou alternativas para a superação das dificuldades pedagógicas dos educandos através de plano anual de curso que venha contemplar a missão a que se destina a escola.

Visão:

Visa oferecer uma educação de qualidade, aliada a uma disciplina transparente e consciente, buscando o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.

Missão:

Promover a formação integral do educando tendo como base os princípios culturais, morais e espirituais transmitidos pela família, preparando-o para exercer sua cidadania de forma consciente sendo agente de sua própria história.

Valores:

Construir novas relações pautadas na formação de um aluno que seja sujeito de seu processo de aprendizagem e, posteriormente, da sociedade, respeito mútuo,

tolerância, valorizando a construção histórica dos indivíduos envolvidos no processo educativo.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVOS GERAIS

- Assegurar o exercício da cidadania, resgatando a identidade cultural do educando, através da transmissão e produção de conhecimentos sistematizados historicamente pela humanidade, a partir da renovação e melhoria da práxis pedagógica
- Promover a melhoria da qualidade do ensino, mediante o desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias aplicáveis ao processo educacional, proporcionando o crescimento integral do ser humano.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar ao educando condições para desenvolver seus potenciais humanos de forma autônoma e livre para que possa viver e manifestar o bem que lhe é próprio.
- Oferecer aos funcionários, capacitação em serviço de forma a assegurar o retorno dos benefícios para o crescimento pessoal e para a escola.

- Desenvolver uma proposta educativa no sentido de garantir acesso, permanência e progressão dos educandos, respeitando os ritmos diferenciados e resgatando a cidadania e auto-estima.
- Atender alunos portadores de necessidades educativas especiais, numa perspectiva mais qualificada para melhor integração no grupo.
- Proporcionar avaliação permanente, diversificada, participativa e diagnóstica da instituição.
- Avaliar continuamente o processo ensino-aprendizagem para fazer as reformulações necessárias, visando um ensino de excelência.
- Reduzir o índice de repetência nas séries iniciais de maneira gradativa, criando ações e estratégias pedagógicas que contemplem as especificidades e necessidades dos educandos;
- Viabilizar formas para garantir a participação dos professores em curso de capacitação;
- Propor ações educativas que possam garantir a permanência do aluno, diminuindo a evasão escolar;
- Aperfeiçoar projetos que resgatem a participação da comunidade no contexto escolar.

4 METAS

- Reduzir o índice de repetência nas séries iniciais de maneira gradativa, criando ações e estratégias pedagógicas que contemplem as especificidades e necessidades dos educandos;
- Viabilizar formas para garantir a participação dos professores em curso de capacitação;
- Propor ações educativas que possam garantir a permanência do aluno, diminuindo a evasão escolar;
- Otimizar projetos que resgatem a participação da comunidade no contexto escolar.

5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

5.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Quanto à estrutura física da escola, esta se encontra dividida em dois blocos e dois pisos:

Bloco Um piso inferior:

- 1 quadra sem cobertura interditada desde outubro de 2009 pela Defesa Civil por comprometimento na estrutura física
- 1 pátio ao ar livre com calçamento em paralelepípedo
- 1 jardim baixo cercado em madeira tratada
- 1 pátio coberto com 1 painel de azulejo para divulgação de trabalhos pedagógicos
- 1 almoxarifado para materiais de Educação Física e pequenos reparos
- 1 consultório odontológico equipado e com 1 banheiro para funcionários e recepção
- 1 bebedouro industrial com três torneiras
- 1 sanitário feminino subdividido em: 1 depósito de material de limpeza de uso diário e escaninho de uso pessoal para as auxiliares de serviços gerais, 2 sanitários femininos para os auxiliares de serviços gerais com 2 duchas, 1 sanitário adaptado para

cadeirantes com ducha, 1 sanitário infantil para alunos, 5 sanitários comuns para alunos, 3 lavatórios com espelho

- 1 sanitário masculino subdividido em: 1 sanitário adaptado para cadeirantes com ducha, 1 sanitário infantil para alunos, 5 sanitário comuns para, alunos ,3 lavatórios com espelho
- 1 almoxarifado de material de limpeza
- 1 depósito de merenda com armários e dois freezers
- Cantina equipada com armários, vasilhames, bancadas, 2 tanques em aço inox, fogão industrial com forno e coifa em aço inox, 1 quadro de avisos
- 1 conjunto de bebedouros em alvenaria, sendo 3 torneiras infantis e 5 adultos
- 1 área de serviços equipada com 1 tanque de 2 bojos, 1 lavadora e 1 máquina de lavar
- 1 refeitório com 12 mesas e 24 bancos
- 1 sala de inclusão digital equipada com 16 computadores do Programa Pró-info, 12 mesas, 1 quadro branco, 1 armário, 1 sanitário, 1 depósito de material elétrico
- 1 quadra de areia sem cobertura
- 1 jardim com 4 jogos de mesas em alvenaria
- 2 pátios cobertos com dois painéis de azulejo para divulgação de trabalhos pedagógicos
- 2 jardins suspensos com acabamento em pastilha e granito e ao redor do jardim 2 bancos grandes em granito

Bloco 2, piso inferior:

- 1 portão de entrada
- 1 guarita dos vigilantes
- 1 depósito para materiais de construção
- 1 auditório equipado com 150 cadeiras, 4 ventiladores furacão de parede, 1 armário em chapa de aço, 4 jogos de blackout
- 1 sala dos professores equipada com mesa de reunião com 30 cadeiras estofadas, 1 jogo de sofás, 1 jogo de cortinas com blackout, bancada em granito com armário em MDF, 1 purificador de água, 2 ventiladores de teto, 4 conjuntos de armários em alvenaria e madeira, 2 quadros de avisos, 1 sanitário feminino com box e lavatório

- 1 sanitário bloco de sanitários feminino para professores com dois sanitários, 1 ducha quente/fria e 3 lavatórios com espelho
- 1 bloco de sanitários masculino com 1 sanitário e 1 ducha quente/fria e 1 lavatório com espelho
- 1 secretaria equipada com almoxarifado, 3 armários de aço, 6 conjuntos de gaveteiros, 22 armários em alvenaria e madeira, 1 bancada para atendimento à comunidade, 1 telefone, 3 computadores, 3 mesas de escritório, 3 cadeiras giratórias e 3 cadeiras fixas, 1 geladeira, 1 quadro de avisos
- 1 sala de coordenação equipada com duas bancadas em granito, sendo 1 para computadores e 1 estante de livros, 1 geladeira, 1 armário de aço, 2 conjuntos de armário em alvenaria e madeira, 4 computadores, 2 impressoras à laser multifuncionais, 1 impressora comum à laser, 1 estufa para papéis, 1 quadro de avisos
- 1 vice-direção equipada com 5 cadeiras fixas e 2 giratórias, 2 mesas de escritório, 2 armários de aço, 2 conjuntos de armário em alvenaria e madeira, 1 ventilador de teto, 1 telefone, 1 quadro de avisos
- 1 direção contendo 1 sistema de segurança do projeto olho vivo, 2 mesas de escritório, 1 mesa redonda de reuniões, 7 cadeiras fixas, 1 cadeira giratória, 1 computador, 1 impressora a jato de tinta multifuncional, 1 armário de aço, 2 conjuntos de armário de alvenaria e madeira, 1 quadro de avisos
- 1 conjunto de bebedouros em alvenaria, sendo 3 torneiras infantis e 5 adultos
- 2 salas de aula
- 1 sala de mesas pedagógicas contendo 6 conjuntos de informática com materiais pedagógicos do projeto “Mesas Pedagógicas” da Positivo Informática, 1 mesa para o professor, 1 quadro, 5 conjuntos de armários em alvenaria e madeira

Bloco 1, piso superior:

- 8 salas de aula, sendo que cada sala de aula está equipada com 35 conjuntos de mesas e cadeiras para o aluno, 2 ventiladores de teto, 1 quadro branco, 1 mesa de escritório, 4 conjuntos de armários em alvenaria e madeira
- 1 sala de reforço equipada com 15 conjuntos de mesas e cadeira para o aluno, 1 mesa de escritório, 1 armário de aço, 1 quadro de giz, 1 ventilador de teto

- 1 biblioteca equipada com 2 computadores, sendo 1 para uso do aluno e 1 com programa eletrônico de catalogação e empréstimo de livros, 1 impressora a jato de tinta, 4 estantes fixadas em parede, 4 estantes móveis, 3 mesas para escritório, 4 armários em alvenaria e madeira, 1 bancada em alvenaria contendo 12 conjuntos de armários em alvenaria e madeira, 2 ventiladores de teto, acervo de figurino teatral e de livros, mapas, brinquedos pedagógicos, entre outros

Bloco 2, piso superior:

- 8 salas de aula, sendo que cada sala de aula está equipada com 35 conjuntos de mesas e cadeiras para o aluno, 2 ventiladores de teto, 2 conjuntos de toldos, 1 quadro branco, 1 mesa de escritório, 4 conjuntos de armários em alvenaria e madeira
- 1 sala de reforço equipada com 20 conjuntos de mesas e cadeira para o aluno, 1 mesa de escritório, 6 conjuntos de armários de alvenaria e madeira, 1 quadro de giz, 2 ventiladores de teto e 1 toldo,
- 1 sala de multirecursos para atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais, contendo 1 conjunto de computador adaptado, 1 scanner, 1 impressora a jato de tinta, material auditivo e de brile, 1 tv tela plana 90 polegadas, 1 máquina fotográfica digital,
- 1 sala de multimeios equipada com 2 notebooks, 2 projetores de imagem, 35 cadeiras fixas, 6 conjuntos de armários de alvenaria e madeira, 1 quadro de giz, 2 ventiladores de teto e 2 toldos, 1 tv tela plana 90 polegadas, 4 caixas acústicas, 4 aparelhos de som portáteis, 4 microfones, 1 mesa de som

A estrutura da escola é de modo geral muito boa, o ambiente é limpo e conservado. Há ações isoladas de vandalismo por parte da comunidade escolar como apedrejamento dos telhados da escola, e dos alunos como quebra e roubo de torneiras e de válvulas de descargas, desperdício de água, quebra de vidros. O principal problema estrutural da escola, atualmente é a interdição da quadra esportiva que tem prejudicado muito o desenvolvimento do planejamento dos professores de Educação Física e o treinamento dos alunos-atletas para as competições esportivas. Outro problema diz respeito à sala de Inclusão Digital que teve sua porta de acesso e vidros destruídos impedindo o início dos trabalhos. A escola não teve como resolver tais problemas, porque a verba é insuficiente

para obras deste porte e sobre a manutenção do prédio escolar, o último repasse de verba foi no mês de outubro de 2009.

No que diz respeito ao funcionamento a escola oferece um nível e duas modalidades de ensino sendo a Educação Fundamental para alunos dos 06 aos 14 anos, agrupados em 4 ciclos de formação, e Educação de Jovens e Adultos (EJA) totalizando 1013 alunos.

5.1.1 Relação dos bens permanentes adquiridos e reformas realizadas no período de junho de 2006 a junho de 2010

Auditório e Multimeios:

- 150 cadeiras estofadas fixas
- 4 ventiladores de teto oscilantes
- 6 jogos de blackout
- 2 kits multimídia contendo 2 notebooks e 2 data shows
- Construção de 1 parede em azulejo para projeção de slides
- 3 aparelhos de som portáteis
- 1 máquina fotográfica digital

Sala dos Professores:

- 30 cadeiras estofadas fixas
- 1 sub bancada em MDF com aparador em granito
- 1 purificador de água

Banheiro dos professores

- Adequação dos sanitários femininos com 1 ducha, 2 sanitários e 1 lavatório com 3 bicas
- Construção de sanitário masculino com 1 ducha, 1 sanitário e 1 lavatório com 1 bica

Secretaria:

- Aquisição de bancadas em granito para colocação de prateleiras para computadores
- 2 computadores completos
- 3 mesas para escritório

- 1 refrigerador
- 3 cadeiras giratórias reguláveis
- 1 telefone sem fio
- 3 cadeiras estofadas fixas

Coordenação:

- Reforma e ampliação da sala de coordenação
- Colocação de bancadas e prateleiras em granito
- Construção de um conjunto de armários em alvenaria
- 4 computadores completos
- 2 impressoras a laser simples
- 2 impressoras a laser multifuncionais
- 1 refrigerador
- 16 cadeiras estofadas fixas
- 4 cadeiras giratórias reguláveis
- 1 jogo de cortinas com blackout

Escada:

- Reforma geral da escada com colocação de granito e antiderrapante

Vice-direção

- 1 jogo de cortinas com blackout
- 2 mesas para escritório
- 5 cadeiras estofadas fixas

Direção

- 1 jogo de cortinas com blackout
- 1 computador
- 2 mesas de escritório
- 1 cadeira giratória regulável
- 1 telefone sem fio
- 8 cadeiras estofadas fixas

Salas de aula:

- 16 mesas para o professor

Inclusão Digital

- 10 teclados
- 10 mouses
- 6 filtros de linha
- 2 estabilizadores
- 6 computadores completos
- 2 gravadores de DVD

Área de serviços:

- Construção de 1 área para serviços azulejada
- Assentamento de um tanque
- 1 tanquinho elétrico
- 1 lavadora

Bebedouro:

- Construção de um bebedouro com 4 bicas adulto e 3 bicas infantil

Cantina e depósito de merenda:

- Reforma geral da cantina e depósito (assentamento de azulejos e cerâmica e colocação de bancadas e armários em alumínio)
- 1 coifa
- 2 refrigeradores
- 1 fogão industrial
- Vasilhames em geral (panelas, copos, colheres, escorredores, taças, pratos sobremesa, pratos brancos para uso dos professores e pratos transparentes para uso dos alunos, 3 garrafas térmicas em aço inox, conjuntos de xícaras, colheres de sobremesa, facas, garfos, 2 espremedores de frutas, 2 toalhas retangulares para mesa da sala dos professores, 8 toalhas redondas para eventos, 2 caminhos de mesa, 3 toalhas para bandejas, panos de copa)

Sanitário masculino aluno:

- Reforma hidro-sanitária e elétrica
- 1 sanitário adaptado para cadeirantes
- 1 sanitário infantil para alunos

- 5 sanitário comuns para alunos
- 3 lavatórios com espelho

Sanitário feminino aluno:

- Reforma hidro-sanitária e elétrica
- 1 depósito de material de limpeza de uso diário e escaninho de uso pessoal para as auxiliares de serviços gerais
- 2 sanitários femininos para os auxiliares de serviços gerais
- 1 sanitário adaptado para cadeirantes
- 1 sanitário infantil
- 5 sanitários comuns para alunos
- 3 lavatórios com espelho

Jardins:

- 2 jardins suspensos com acabamento em pastilha e granito e ao redor do jardim 2 bancos grandes acabamento em granito

Biblioteca:

- 2 computadores completos
- 1 impressora a laser comum
- 411 jogos pedagógicos e educativos

Quadro 2: Recursos recebidos pela Escola nos anos 2008, 2009 e 2010:

Tipo de Esfera	Fonte	Ano Base			Entrada	Saída	Categoria	
		2008	2009	2010			Custeio	Capital
Estadual	SEE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL							0,00	0,00
Federal	MEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PDDE	12.142,00	12.142,00	0,00	24.284,00	24.284,00	18.213,00	6.071,00
	PAF	0,00	21.500,00	0,00	21.500,00	Em curso	15.050,00	6.450,00
SUB-TOTAL							33.263,00	12.521,00
Outras	APM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Contrib.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Camp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL							0,00	0,00
Municipal	SME	*86.000,00		**100.000,00	223.000,00	120.000,00	166.000,00	20.000,00
	SME	***37.000,00	***37.000,00	0,00	74.000,00	74.000,00	55.500,00	18.500,00
SUB-TOTAL							221.500,00	38.500,00
TOTAL GERAL							254.763,00	51.021,00

*86.000,00: valor destinado a aquisição de bens permanentes e reforma do prédio escolar.

** 100.000,00: recurso destinado a reforma, ampliação e manutenção do prédio escolar, sendo que a verba liberada em 2009 ainda está em andamento em 2010.

*** Investimentos do convênio da PMI destinados a custeio e capital

Fonte: Relatório da Atividade 3 PPGE

5.2 ESTRUTURA PEDAGÓGICA

A escola em sua metodologia de ensino segue uma proposta curricular baseada nos Parâmetros Curriculares Nacionais. O Plano de Curso elaborado em conjunto com representantes da equipe diretiva, professores da rede municipal de Ipatinga e Secretaria Municipal de Educação é a base para o trabalho escolar, porém tendo em suas características a flexibilidade de qualquer currículo adequando-o às necessidades dos educandos e acompanhado sistematicamente por um coordenador pedagógico.

A escola atende a 1013 alunos nos três turnos de funcionamento. Na Instrução Normativa N°001/2009 enviada pela SME às escolas, os critérios de distribuição das turmas e a nomenclatura destinada a cada segmento definem as prioridades da instituição no preenchimento de seu quadro. A princípio os professores escolhem seus cargos observando a data de chegada e número de matrícula. A instrução estabelece que a equipe diretiva tem livre arbítrio para distribuir os cargos olhando também o perfil necessário para determinada turma. Porém, essa prática mesmo amparada por leis internas não se efetiva com facilidade devido à dupla interpretação que se faz dentro da própria resolução.

O turno matutino atende a 458 alunos, o vespertino 345 alunos e o Noturno 210 alunos, sendo assim organizados:

Turno Matutino (7h às 11h e 15 min.), 18 turmas:

- O 1º ano (2 turmas) atende a 30 alunos
- O 5º ano (4 turmas) atende a 94 alunos
- O 6º ano (4 turmas) atende a 115 alunos
- O 7º ano (2 turmas) atende a 70 alunos
- O 8º ano (2 turmas) atende a 63 alunos
- O 9º ano (2 turmas) atende a 72 alunos
- O PAT II (1 turmas) atende a 14 alunos

Turno Vespertino (13h às 17h e 15 min.), 18 turmas:

- O 1º ano atende (2 turmas) a 44 alunos
- O 2º ano atende (3 turmas) a 64 alunos
- O 3º ano atende (2 turma) a 60 alunos

- O 4º ano atende (1 turmas) a 33 alunos
- O 8º ano atende (2 turmas) a 49 alunos
- O 9º ano atende (2 turmas) a 49 alunos
- O PAT I (2 turmas) atende a 30 alunos
- O PAT II (1 turma) atende a 16 alunos

Turno Noturno (18h às 22h e 15 min.), 8 turmas:

- A Alfabetização (1 turma) atende a 17 alunos
- O aprimoramento (1 turma) atende a 27 alunos
- O 1º segmento (1 turma) atende a 42 alunos
- O 2º segmento (1 turma) atende a 39 alunos
- O 3º segmento atende (2 turma) a 45 alunos
- O 4º segmento tende (2 turmas) a 40 alunos

5.2.1 Análise Estratégica da Escola

Quadro 1: Planejamento Estratégico: a análise estratégica situacional da escola

Aspectos	Pontos Fortes Internos	Pontos Fracos Internos	Oportunidades Externas	Riscos
Infra-estrutura e Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Salas amplas e arejadas; ⇒ Espaço físico bom; ⇒ Pró-Info; ⇒ Coordenação; ⇒ Auditório; ⇒ Cantina; ⇒ Iluminação ⇒ Sanitários do professor e aluno ⇒ Biblioteca 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Infra-estrutura e localização inadequada ao acesso dos portadores de necessidades físicas especiais (acessibilidade); ⇒ Parte elétrica propícia a acidentes; ⇒ Quadra Esportiva interdita pela defesa civil em função de problemas estruturais 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Disponibilização dos recursos e autonomia da escola para execução das prioridades; 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Falta de condições para a execução das aulas práticas de Educação Física comprometendo o desenvolvimento do planejamento escolar
Recursos Pedagógicos	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Mesas Pedagógicas de uso do educando e para planejamento do professor; ⇒ Sala de Multiuso; ⇒ Biblioteca Escolar; ⇒ Material Pedagógico e Didático ⇒ Recursos Audiovisuais ⇒ Material Tecnológico 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Não utilização dos recursos pedagógicos e tecnológicos por parte dos professores 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Formação técnico-profissional; 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Baixo rendimento escolar; ⇒ Monotonia das aulas;

Equipe e Liderança	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Dinâmica e comprometida com a melhoria dos resultados; ⇒ Dedicada; ⇒ Autônoma, tem iniciativa; ⇒ Abertura e acesso de comunicação aos funcionários; ⇒ Atendimento e acompanhamento pedagógico 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Falta de orientação de um profissional especializado em casos de competência técnica (psicólogo, assistente social, psicopedagogo,); ⇒ A função burocrática que eles exercem na escola em detrimento à função pedagógica 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Formação para gestores; ⇒ Inclusão do Gerente administrativo e financeiro; 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Dificuldades em se diagnosticar o educando com necessidades especiais, impedindo um planejamento mais eficiente voltado para suas especificidades; ⇒ Ausência de um acompanhamento especializado às famílias pertencentes ao grupo de vulnerabilidade social e crianças em risco social;
---------------------------	---	---	---	---

<p style="text-align: center;">Ambiente de Aprendizagem</p>	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Tem ambiente organizado, limpo e espaçoso; ⇒ Oficinas Pedagógicas 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Pouco tempo do aluno para acesso à inclusão digital e Mesas Pedagógicas; ⇒ Grande número de alunos por computador; ⇒ Problemas graves disciplinares e demanda de alunos com distúrbios comportamentais sem atendimento psicológico ou social; 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Agilidade no atendimento dos educandos encaminhados aos setores e instituições competentes; ⇒ Políticas públicas voltadas para o atendimento à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social grave ⇒ Parcerias com CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) e SIDE/SME (Setor de Integração e Desenvolvimento do Educando (Secretaria Municipal de Educação)) 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Tempo bastante restrito para a realização das intervenções pedagógicas; ⇒ Diminuição do acesso do aluno à realização das atividades propostas; ⇒ Banalização da violência; ⇒ Encaminhamentos realizados pela escola ficam paralisados, aumentando a proporção dos problemas e prejuízos pedagógicos, disciplinares e interpessoais relacionados aos casos.
--	--	---	---	---

<p style="text-align: center;">Alunos com dificuldades</p>	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Assiduidade; ⇒ A maioria respeita o professor; ⇒ Laboratório das mesas Pedagógicas; ⇒ Projetos de Recuperação paralela criados pela escola (Oficinas de Alfabetização e Letramento) 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Falta de acompanhamento familiar; ⇒ Demora no atendimento das demandas enviadas aos especialistas; ⇒ Ausência de profissionais especializados para atendimento das demandas; ⇒ Não utilização dos recursos pedagógicos e tecnológicos por parte dos professores 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Manter profissionais especializados atendendo a escola; ⇒ Ampliação e agilidade nos atendimentos às demandas; ⇒ Realizar parcerias entre universidades e escolas viabilizando a participação de estagiários nas oficinas de aprendizagem e culturais; 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Prejuízos pedagógicos e aumento dos riscos de evasão e retenção
<p style="text-align: center;">Relação Escola e SME</p>	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Capacitação 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Ações centralizadoras do Departamento Pedagógico nas tomadas de decisão; ⇒ Pouco diálogo com os professores; ⇒ Informações contraditórias; ⇒ Acúmulo de atividades no calendário da SME; ⇒ Falta de entrosamento e sintonia da SME com outros departamentos e entre si (em seus departamentos) 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Empresas de Consultoria e Recursos Humanos; 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Desordem; ⇒ Duplas interpretações; ⇒ Comprometimento na rotina da escola; ⇒ Dificuldades em atender as solicitações da SME; ⇒ Insatisfação

Relação Escola e Famílias	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Na maioria das vezes há respeito para com os profissionais; ⇒ A escola busca promover a integração com as famílias e comunidades através de realização de eventos, reuniões, comemorações, palestras, oficinas, encontros, cursos para pais, parcerias entre lideranças comunitárias; ⇒ Comunicações estabelecidas através de bilhetes, cartas, conversas particulares, visitas às famílias; ⇒ Realização de oficinas com as famílias (orientações aos deveres de casa, estudos, relacionamento familiar entre outros), conscientizando-as de seu papel; 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Apatia de alguns pais ante as solicitações de maior participação e encaminhamentos relativos aos alunos; ⇒ Preocupação exagerada da maioria dos pais quanto aos aspectos quantitativos; ⇒ Infreqüência nos eventos, reuniões e festas propostas pela escola; ⇒ Parcerias com o SIDE/SME, Conselho Tutelar e CRAS 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Implantação da Escola de Pais (reuniões bimestrais nas Unidades Escolares com profissionais qualificados para realizar as mediações entre escola e famílias); ⇒ Sondagem dos assuntos considerados relevantes pela escola e comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Comprometimento do bom rendimento escolar; ⇒ Pouca participação da família
----------------------------------	---	---	---	---

Fonte: PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola Municipal João Reis de Souza

5.2.2 Padrões de Recursos e Infra-Estrutura

A análise dos resultados do IDEB (índice de Desenvolvimento da Educação Básica) em 2005, 2007 e 2009 apontam uma melhoria no rendimento dos educandos avaliados, sendo que percebe-se um desempenho melhor nas séries iniciais, como nos aponta o quadro abaixo:

Tabela 4: Resultados do IBED 2005 a 2009 da Escola Municipal João Reis de Souza

Série/ Ano	IDEB OBSERVADO			METAS PROJETADAS							
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4ª série/ 5º ano	4,0	4,3	5,1	4,1	4,4	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9	6,2
8ª série/ 9º ano	3,7	3,7	4,3	3,7	3,8	4,1	4,5	4,9	5,1	5,4	5,7

Fonte: [HTTP://sistemasideb.inep.gov.br/resultado.seam?cid=9516](http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado.seam?cid=9516)

Nota-se que ainda há muito trabalho a se fazer para o alcance da excelência. Para tanto os profissionais dessa escola iniciaram os trabalhos elencando as causas do baixo desempenho dos alunos, a saber:

Quadro 2: Análise Situacional

Causas do baixo rendimento dos alunos:	Encaminhamentos:
⇒ Pouca participação e interesse das famílias pela vida escolar dos filhos;	⇒ Palestras e encontros com as famílias conscientizando-as e motivando-as sobre a importância do seu papel;
⇒ Falta de hábito de estudo dos alunos;	⇒ Convênios entre a secretaria de educação e projetos sociais de atendimento das famílias em finais de semanas (oficinas de esporte, artesanato);
⇒ Aprovação automática acarretando uma cultura de falta de compromisso e desmotivando para o hábito de estudo tanto a família quanto o educando;	⇒ Convênios entre universidades e escola para viabilizar estagiários para se trabalhar com grupos de estudo e monitoria;
⇒ Morosidade no preenchimento do quadro de professores;	⇒ Realizar oficinas com pais para conscientizá-los e
⇒ Rotatividade elevada de professores	

<p>(cada ano inicia-se com quadro diferente de professores ocorrendo trocas durante o ano letivo);</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Ausência de profissionais com formação específica para trabalhar com alunos portadores de necessidades educacionais especiais físicas e intelectuais; ⇒ Formação deficiente do professor quanto ao trabalho com alunos com dificuldades de aprendizagem e dificuldades pessoais próprias do ser humano; ⇒ Morosidade no atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais; ⇒ Falta de consciência e esclarecimento dos pais e educandos sobre o processo avaliativo atual (conceitos e notas) ⇒ Dificuldades de troca de informações entre os professores da mesma turma visto que a coordenação acontece por área e os professores sentem necessidade de dialogar para avaliar e traçar metas coletivas para as turmas; ⇒ Sentimento dos professores com relação a sua própria imagem (professores desmotivados e com baixa auto-estima); ⇒ Formação continuada deficiente, que na maioria das vezes não atende as necessidades dos professores; ⇒ Alunos portadores de necessidades educacionais especiais enturmadados por idade e não por maturidade; ⇒ Problemas relacionados a valores comportamentais; 	<p>orientá-los quanto aos deveres de casa;</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Esclarecer a comunidade escolar sobre o processo avaliativo; ⇒ Trabalhar em sala de aula com os alunos construindo com eles os gráficos de rendimento da turma e auto-avaliação de todos (alunos, professores, pais direção); ⇒ Trabalhar de forma interdisciplinar enfocando a capacidade de interpretação e o raciocínio lógico independentemente da disciplina que se trabalha; ⇒ Levantamento das dificuldades analisando nas coordenações os diagnósticos e avaliações dos educandos; ⇒ Integrar escola e comunidade; ⇒ Rever enturmação e blocos de coordenação por área; ⇒ Realizar os contratos e distribuir as turmas no final do ano letivo, iniciando assim o ano letivo com o quadro de professores completo; ⇒ Garantia do tempo de coordenação do professor com planejamento e direcionamento dos trabalhos; ⇒ Planejamento e execução de oficinas pedagógicas com garantia de permanência dos profissionais destinados a este fim e autonomia da escola para definir prioridades: atendimento ao programa de melhoria do nível de desempenho ou solicitações do departamento pedagógico e outros; ⇒ Adequação do currículo à realidade escolar; ⇒ Realização do diagnóstico de cada turma com ajuda do coordenador e acompanhamento do diretor; ⇒ Realização de oficinas pedagógicas contando com o apoio da coordenação e professores do Programa Mais Educação;
---	--

Fonte: PPP da Escola Municipal João Reis de Souza

5.2.3 Relação Aluno/Docente

As séries iniciais do Ensino Fundamental contam com um professor regente, um professor de artes (1º, 2º e 3º anos do 1º ciclo) ou inglês (4º e 5º anos do 2º ciclo), um professor de Ensino Religioso, um professor de Inclusão Digital e um professor de Educação Física.

As séries finais do Ensino Fundamental contam com um professor de Língua Portuguesa, um professor de Matemática, um professor de Ciências, um professor de Geografia, um professor de História, um professor de Língua Inglesa, um professor de Ensino Religioso e um professor de Educação Física.

Tabela 5: Relação Aluno/Docente

Turnos	Nº alunos			Nº docentes			Relação aluno / docente		
	EF		EJA	EF		EJA	EF		EJA
	Série/Ano		Etapas	Série/ano		Etapas	Serie / Ano		Etapas
	Iniciais (B)	Finais (C)	1º ao 8º (G)	Iniciais (J)	Finais (L)	1º ao 8º (P)	Iniciais (B/J)	Finais (C/L)	1ª a 8ª (G/P)
Mat	124	397		05	11	10	24.8	36.1	
Vesp	291	49		12	05	06	24.3	9.8	
Not			44			04			44
Total	415	446	44	17	16	20	49.1	45.9	44.0

Fonte: http://simec.mec.gov.br/pdeescola/pdeescola.php?modulo=principal/instrumento1/p14_2&acao=A

As reuniões de coordenação Pedagógica acontecem uma vez por semana, por disciplina e foi organizada através da Instrução Normativa Nº 02/2010, da SME onde se descreve a carga horária das atividades, organização dos professores por disciplinas e definição dos dias de coordenação.

O Planejamento anual é realizado através da avaliação do currículo escolar culminando na construção do plano anual de curso. O plano anual de curso se desdobra no planejamento bimestral e através deste são selecionados os temas

geradores de discussões e os projetos de trabalho. Anualmente acontece a mostra pedagógica escolar prevista em calendário onde os professores e alunos apresentam os resultados de seus projetos de trabalho à comunidade escolar.

Os educandos com problemas de aprendizagem e baixo rendimento escolar contam com o apoio de um professor de oficinas pedagógicas em Língua Portuguesa trabalhando com Alfabetização e Letramento, nas aulas de Língua Portuguesa de suas respectivas turmas.

A formação dos professores, atualmente, tem acontecido de maneira esporádica sendo que estas ficam sob a responsabilidade do CENFOP (Centro de Formação de Professores). A assessoria pedagógica do CENFOP orienta as ações pedagógicas dos professores, ouvem suas dificuldades, e organiza os cursos de capacitação em serviço. A equipe do CENFOP presta assessoria às escolas através de visitas *in loco*. As equipes diretivas e coordenadores das escolas mantêm contato o CENFOP através dessas visitas. Durante as visitas de assessoria, os coordenadores mantêm contato mais direto com as assessoras, colocando-as a par da rotina e dificuldades da escola e dos educandos. São apresentados pelas assessoras sugestões de trabalho, orientações e estudos dos rendimentos da escola. Os coordenadores pedagógicos da escola fazem suas solicitações na busca da melhoria do rendimento escolar. Conforme a necessidade do DEPEG (Departamento Pedagógico), este convoca os diretores e coordenadores aos gabinetes da SME a fim de realizarem a avaliação dos resultados das provas externas e dos diagnósticos elaborados e corrigidos pela assessoria pedagógica do CENFOP, ouvindo o processo educativo da escola, apontando as falhas, cobrando estratégias de atendimento individualizado e de recuperação paralela.

6 CURRÍCULO

O currículo se organiza em tempo/espacos onde se desenvolve os conhecimentos e valores focados no Projeto Político pedagógico como indispensáveis na formação dos alunos. Tais enfoques são realizados mediante a autonomia da escola em adequar a proposta, mesmo que já recebendo da SME um documento norteador para o mesmo. Entende-se o currículo como um conjunto de saberes divididos em área de conhecimento, disciplinas, atividades, propostas de projetos distribuídos em ciclos. Com princípios democráticos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN(Lei nº 9394/1996) constrói-se o PPP, onde além de tantas discussões pertinentes a educação, o currículo merece uma atenção especial. Entende-se que ao currículo é dado o mérito do fracasso ou êxito escolar. Reorganiza-lo é uma prática necessária. É importante ressaltar que a organização curricular desta escola se baseia nos PCNs. O currículo esta intrinsecamente ligado ao contexto social dos alunos. É importante considerar a bagagem cultural que estes trazem para a escola e partindo dessas informações organizarmos o cotidiano da escola e o planejamento didático-pedagógico.

6.1 CONCEPÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Numa perspectiva de se fazer valer os direitos dos cidadãos explicitados pela Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988, esta instituição busca sempre oferecer a todos a oportunidade que necessitam para se constituírem enquanto pessoas íntegras e com o exercício de uma cidadania plena. Posto isso, no plano de desenvolvimento humano, a escola busca centrar em uma produção constante de conhecimentos e transformações necessárias que se adéque à realidade da clientela atendida dentro e fora do ambiente escolar, procurando sempre valorizar o seu saber através de confrontos entre o que já se sabe e as novas experiências, abrindo novos caminhos para uma sociedade mais justa e igualitária.

6.2 CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM

O processo de ensinar nada mais é que a transformação da personalidade, transferindo o conhecimento de pessoa a pessoa. Toda a aprendizagem começa em um nível diferenciado onde as pessoas absorvem tudo o que é de seu interesse e rejeita o que para elas é desnecessário aprender. O processo ensino-aprendizagem se torna mais eficiente quando os envolvidos encontram motivações melhorando o processo como um todo, pois esse elo se torna mais forte quando professor e aluno estão preparados. Sendo assim, a aprendizagem deve ser sempre realizada de forma significativa pela escola estabelecendo relações entre os conteúdos e o conhecimento prévio, pois o conhecimento é resultado de um processo contínuo e a aprendizagem integra-se ao desenvolvimento das capacidades individuais do ser aprendente.

7 TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR

A escola é o *locus* principal da aprendizagem e como tal deve ser organizada. Pensando nisto, a política educacional da Secretaria Municipal de Educação de Ipatinga estabeleceu que o Ensino Fundamental fosse organizado em Ciclos de Aprendizagem.

A organização do ensino em ciclos conectada com o Projeto Político Pedagógico requer uma preocupação especial com a formação continuada do professor frente a uma nova política que se traduz numa outra forma de trabalho pedagógico, caracterizando, fundamentalmente na mudança de que uma escola constituída sob o princípio do conhecimento estaria dando lugar a uma escola orientada pelo princípio da sociabilidade e da valorização do conhecimento adquirido.

A escola organizada em ciclos se situa como um tempo/espaço destinado à convivência dos alunos, à experiência social, valorizando seu desempenho no ano anterior do ciclo, em curso. A educação na Rede Municipal de Ipatinga é organizada em ciclos, assim definidos:

Tabela 7: Distribuição dos anos/ciclos escolar da Rede Municipal de Ensino de Ipatinga

1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	4º CICLO
1º ano - 6 anos	4º ano - 9 anos	6º ano - 11 anos	8º ano - 13 anos
2º ano - 7 anos	5º ano - 10 anos	7º ano - 12 anos	9º ano - 14 anos
3º ano - 8 anos			

O principal é a oportunidade de compartilhar a experiência da escola, de viver o tempo da escola, de conviver com outras crianças e adolescentes próximos de sua idade até que alcance as competências e habilidades necessárias para avançar. A reprovação só acontece nos anos finais de ciclos, quando é feita uma média do aproveitamento do aluno no ano em curso, com as notas do ano anterior, prevalecendo a maior. A Instrução Normativa nº 02, de 03 de fevereiro de 2008, determina que a

aprovação aconteça nos casos em que a média for igual ou superior a 51%, em pelo menos quatro disciplinas.

É importante ressaltar que nos descritores curriculares de cada ano/ciclo há uma relação de competências e habilidades determinadas, que o aluno deve desenvolver para garantir o acesso ao ano/ciclo seguinte. A análise dos resultados, aliada aos fundamentos teórico-metodológicos, propicia verificar que a efetiva transformação do trabalho pedagógico e pressupõe uma rigorosa reflexão de toda comunidade escolar. Toda proposta desta nova política educacional deve explicitar claramente seus objetivos, sua concepção, considerando a formação do profissional da educação, pois uma proposta verdadeiramente democrática resulta de uma construção coletiva em prol do bem comum.

Os alunos que apresentam índice de falta correspondente a 50% mais uma, será automaticamente retido, se não tiver o aproveitamento igual ou superior a 51%. Neste caso, será submetido a um processo de avaliação, envolvendo todas as disciplinas e o aproveitamento também deverá ser igual ou superior a 51%, processo esse denominado “Provão”.

7.1 CALENDÁRIO

O processo de elaboração do Calendário Escolar Anual da Rede Municipal de Ensino é baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº9493/96 elaborado pela SME e apreciado pelos docentes que encaminham sugestões de mudanças em cada Unidade de Ensino. O colegiado de diretores se reúne para análise das sugestões de mudanças e encaminha um consolidado para a SME apreciar e deferir ou indeferir tais encaminhamentos, sendo que raramente são aceitas as sugestões de modificações da escola para o mesmo.

O processo de elaboração do calendário de eventos da Unidade Escolar é definido juntamente com os docentes na primeira Reunião Administrativa. Existem alguns eventos que constituem uma tradição na escola e são mantidos anualmente através da avaliação da Equipe Diretiva, corpo docente e comunidade escolar como “A

Festa das Crianças”, “Festa do Estudante”, “Recital de Poesias” e “Cantata de Natal”. A programação anual da escola assegura o cumprimento da LDBEN nº9493/96 que dispõe sobre o ano letivo de 200 dias de aulas ou o mínimo de 800 horas letivas.

Em 2010 alterou-se a carga horária da disciplina Educação Física, que passou a ceder uma hora-aula, para que fosse ministrada a disciplina Ensino Religioso implantada na Rede Municipal de Ipatinga em 2005. Com essa nova organização a disciplina Educação Física e Ensino Religioso são ministrados nas escolas municipais de Ipatinga com carga horária semanal de uma hora-aula. Também em 2010 foi aprovado um projeto de alteração da hora-aula de 50 minutos para uma hora.

No mês de julho, normalmente professores e alunos contam com recesso escolar a partir da terceira semana. As férias escolares acontecem no mês de janeiro, quando professores também gozam das férias trabalhistas. A equipe diretiva, diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico e secretária escolar gozam as férias em período diverso dos docentes, de forma a permitir um bom planejamento das atividades anuais.

Os professores dispõem de 20% de sua jornada de trabalho fora da sala de aula para realização de atividades de estudo, planejamento e discussão/resolução de assuntos relevantes, denominada Coordenação. São previstas em calendário quatro reuniões periódicas (Dia Escolar), agendadas para o final de cada bimestre letivo, quando os educadores realizam o Conselho de Classe. É prevista no calendário a participação em festas, celebrações cívicas, sociais e culturais: festas juninas, festivais de folclore, feiras de cultura e de Ciências, jornadas de poesias, e outras, o aniversário da escola, os dias “D”, a participação no 7 de setembro. As avaliações externas acontecem conforme os órgãos superiores determinam (Secretaria Estadual de Educação e Ministério da Educação e Cultura), sem intervir no Calendário Escolar.

A escola participa de projetos que envolvem as demais unidades escolares da Rede Municipal de Educação e outros projetos externos:

- Projeto Chuá
- Concurso de Redação do Corpo de Bombeiros: “O amigo certo das Horas Incertas”
- Concurso de Redação do Rotary Cube de Ipatinga
- Olimpíadas de Matemática

- Olimpíadas de Português
- Olimpíadas de Astronomia
- Projeto Semeando
- Concurso de Redação e Desenhos “Viva Feliz sem Drogas” da Polícia Militar
- Concurso de Desenhos e Frases da Colgate: “Todo Mundo sorrindo com a Colgate”
- Projeto Xerimbabo;
- Jogos Escolares de Ipatinga;
- Jogos Escolares Psicomotores de Ipatinga.

Alguns eventos são realizados especificamente em nossa escola, sempre em consonância com o Plano de Curso do professor, interagindo com as disciplinas relacionadas ou com temas transversais:

- Oficinas Pedagógicas de Alfabetização (para alunos com baixo desempenho na disciplina)
- Projeto Sexualidade – Ciências (7º, 8º e 9º anos)
- Projeto Trânsito – (1º ano)
- Semana das Mães e dos pais – (1º ano)
- Semana da Alimentação – (1º ano)
- Projeto Conhecendo os animais – (1º ano)
- Projeto Literatura – valorizando a leitura e escrita (7º, 8º e 9º anos)
- Projeto Flash Back – Músicas dos anos 60 até os dias atuais – Inglês (6º ao 9º ano)
- Momento Cultural - EJA
- Mostra de Origami - EJA
- Projeto Higiene Corporal e Postural – Educação Física - (1º ao 9º ano)
- Projeto Órgão do Sentido – apuração – Educação Física – (1º ao 7º anos)
- Projeto de visitas para complementação de Estudos do Fórum das Águas realizado no Parque Estadual do Rio Doce – Geografia – (6º e 7º ano)
- Projeto Cultura Afro com ênfase na abordagem de questões Étnico-raciais – História- (6º ao 9º anos)

- Festa Junina;
- Dia do Estudante
- Dia das Crianças
- Mostra Cultural;
- Desfile Cívico – 7 de setembro;
- Dia do Professor;
- Natal.

O diretor da escola deveria dedicar não menos de 50% de sua jornada diária à coordenação geral dos assuntos pedagógicos da escola, porém ainda não é possível pela sobrecarga de trabalhos administrativos, questões de sua competência.

Pretende-se que os docentes cumpram os planos de curso. Deve haver proposta de tempo para estudo do Projeto Pedagógico, dedicação para formação continuada e a avaliação do desempenho dos professores, se bem executada deve favorecer ao crescimento profissional e humano.

8 RELAÇÕES DE TRABALHO

O trabalho institucional necessita de articulações entre os seus segmentos. Os papéis precisam ser definidos para que não caminhem em círculos sem uma comunicação indispensável, sem discussão dos objetivos. Ao diretor cabe o papel de líder e nesse empreendimento necessita exercê-lo com sabedoria sendo imparcial e conhecedor de todo o processo que o cerca. Na EMJR a equipe de gestores é bastante coesa e democrática em suas ações. O grupo de professores são bastante consciente de suas funções e reconhecem o papel importante que exercem na vida dos alunos, na vida da escola.

As situações de conflito que são bem comuns no âmbito de uma unidade de ensino são tratadas segundo as regras preestabelecidas de respeito, limite e valorização do ser humano. Casos que desrespeitam essas considerações importantes são buscadas ações e parcerias com órgãos competentes, que nos ajudam a gerir situações difíceis, como o Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Educação, o Centro de Formação profissional (CENFOP) e outros.

Todos os grupos de professores concluíram o 3º grau e parte deles já fizeram alguma especialização voltada pra área de educação, parte esta em curso e uma parte também não apresenta interesse em estender seus estudos. Uns alegam falta de interesse, outros mencionam falta de tempo e poder aquisitivo para fazê-lo. Alguns cursos são oferecidos ao longo do ano com uma boa frequência pela SME/ CENFOP, buscando melhorar o trabalho dos profissionais da educação.

As famílias de nossa escola mantêm um bom relacionamento com equipe diretiva e demais funcionários. São freqüentes as reuniões de pais e festividades da escola. Porém o contato deveria ser maior não restringindo apenas a essas datas.

9 PROCESSOS DE DECISÃO

A participação da escola e da comunidade escolar nos processos decisórios em educação têm sido praticamente nulos, posto que a maioria dos procedimentos têm sido efetivados na Secretaria Municipal de Educação. A metodologia de trabalho da escola é baseada nos PCNs e conta com as orientações pedagógicas das assessoras. Os professores a partir dessas orientações embasados pela proposta curricular procuram adequar às necessidades da turma executando um trabalho diferenciado conforme o nível de cada turma. As diretrizes neste sentido têm sido mais rígidas nos anos iniciais do Ensino Fundamental e nas turmas do PAT I e II (Programa de Aceleração da Aprendizagem), pois neste programa o Governo Federal aderiu a um pacote de instruções e materiais didático-pedagógicos do Instituto Alfa e Beto. Os conselhos de Classe acontecem ao final de cada bimestre onde são discutidos os resultados e traçados novas ações pra se alcançar os objetivos desejados.

Problemas de ordem disciplinar são resolvidos na escola com a participação dos professores, equipe diretiva, os alunos envolvidos e seus pais. Normalmente os professores encaminham os alunos à direção quando esses extrapolam em relação ao comportamento inadequado e perturbam a ordem e/ou nos casos de desacato contra professores e agressões físicas contra colegas. Nesse caso a direção da escola reúne as famílias e professores, aplica o disposto no Regimento Interno e não havendo mudança de comportamento encaminha o aluno ao SIDE (Setor de Integração e Desenvolvimento do Educando) setor da SME e Conselho Tutelar. Os casos de indisciplina de funcionários ficam a cargo da Equipe Diretiva. Quando isso ocorre a equipe procura conversar com o funcionário e alertá-lo sobre as consequências desses atos. Alerta também para as providências cabíveis conforme Regimento Escolar.

Os pais são chamados regulamente a escola. Bimestralmente são convidados a participar das reuniões de apresentação de resultados, com palestras educativas e discussões a respeito dos problemas vivenciados pela escola em seu cotidiano. E mensalmente, através da Escola de Pais, que tem como objetivo discutir assuntos de interesse das famílias. Porém as discussões, não se materializam em ações concretas.

Os pais apontam soluções para os problemas, mas não participam ativamente das ações propostas por eles mesmos.

A única instância de participação da comunidade escolar é o Conselho Escolar. Porém este mecanismo de participação é pouco atuante. O Conselho Escolar tem se reunido para deliberar sobre o tipo de material permanente que será adquirido com a verba destinada a este fim, e para definir sobre as pequenas reformas a serem realizadas. O Conselho Fiscal atua na conferência dos materiais recebidos e posteriormente, todo o conselho se reúne para a direção escolar apresentar a prestação de contas para a apreciação e aprovação da mesma.

De acordo com as observações pode-se constatar que o processo democrático não se consolidou nesta Instituição Escolar e muito menos, sinaliza-se a esta prática.

A administração da escola deve ser cada vez menos burocrática e cada vez mais “pública”. Daí a urgência de criar formas mais resolutivas de gestão, permitindo-se inclusive a transferência de recursos para a escola, mas sob o controle político e fiscal do órgão que nela representa todo o conjunto da comunidade escolar: o Conselho Escolar.

Comunidade, palavra composta, significa a unidade dos comuns. A formação da comunidade é um processo de desenvolvimento de uma sociabilidade fundada na cooperação. Viabiliza-se na medida em que, a partir de interesses comuns legítimos que fundamentam um projeto, a sua boa execução decorre do protagonismo social ou um processo de construção de uma cultura e de uma prática social de “boa governança”. Desenvolver uma gestão integrada de pessoas, é fundamental conhecer as competências de cada cargo ou função. O desempenho de cada um é baseado na aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas ao trabalho de excelência, agregando valor a organização escolar.

10 AVALIAÇÃO

10.1 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

A avaliação da aprendizagem tem como princípio, o aprimoramento da qualidade do ensino como elemento para reflexão e transformação da prática escolar. A avaliação é de responsabilidade da escola e é realizada de forma contínua, processual, dinâmica, participativa, diagnóstica e investigativa, objetivando o acompanhamento da aprendizagem de cada aluno em relação à programação curricular prevista em cada etapa da aprendizagem. Assim a avaliação se objetiva por possibilitar a auto-avaliação da aprendizagem por cada aluno, pela orientação quanto aos esforços necessários para a superação de dificuldades, fundamentadas pelas decisões do Conselho de Classe.

A LDBEN nº 9493/96 define como incumbências da escola: elaborar e implementar o seu projeto pedagógico, zelar pela aprendizagem dos alunos, assegurar-lhes oportunidades de recuperação e promover a cooperação entre a escola e as famílias dos estudantes. Seguem-se no Art. 13 as incumbências do professor: participar da formulação e da implementação do projeto pedagógico da escola, elaborar e realizar o seu plano anual de curso, zelar pela aprendizagem dos alunos e assegurar-lhes oportunidades de recuperação.

A LDBEN nº 9493/96 em sua proposta visa à transformação da sociedade de forma consciente e coletiva. O aprendiz faz parte desse processo como agente principal. O acompanhamento realizado pelo professor é permeado pelo processo de avaliação da aprendizagem do aluno, de seus conhecimentos prévios, da construção de novos conceitos e sua aplicação na realidade em que vive. Nesta perspectiva a avaliação pode ser realizada informalmente e formalmente. Sendo informal à medida que ocorre o diálogo na ação docente, na observação das atitudes, comportamentos dos aprendizes e, formal quando este produz verbalmente seus textos, seja em atividades diárias ou em provas escritas.

São questões relevantes relacionadas ao tema da avaliação da aprendizagem que devem ser levadas em consideração: as concepções de avaliação e realidade

social, a relação entre a prática avaliativa e a aprendizagem do aluno, o papel da avaliação para a (re)orientação do trabalho pedagógico, a avaliação contínua, formativa e diagnóstica, o processo de avaliação da aprendizagem do aluno como diretriz da ação docente, a compreensão do "erro" no processo de aprendizagem, o papel da avaliação na construção do sucesso/fracasso escolar, a avaliação no processo de formação do professor. Assim, a avaliação é permanente, diversificada, participativa e diagnóstica ao longo do processo, através de observações da participação em classe e extraclasse, trabalhos em grupo, pesquisa, teste de leitura, hipótese de escrita, diagnóstico e outros.

10.2 SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM

O Sistema de recuperação da aprendizagem ocorre paralelamente durante o decorrer do ano letivo, após análise dos resultados obtidos em avaliações, testes, trabalhos e observações. Ao final de cada bimestre Letivo o aluno que não obtiver resultado satisfatório será submetido a uma avaliação no valor de 60 pontos e um trabalho no valor de 40 pontos, totalizando 100 pontos.

O aluno do 7º ano que não foi aprovado em apenas uma disciplina será submetido aos estudos autônomos extraclasse do conteúdo em defasagem e na primeira semana do ano letivo subsequente será submetido a uma avaliação correspondente à disciplina que ficou retido. Se alcançar o mínimo exigido (51%), o aluno estará aprovado. Se o percentual mínimo não for atingido, o mesmo terá direito a matricular-se no ciclo seguinte em regime de dependência.

O aluno do 9º ano que não atingir o mínimo de 51% em uma das disciplinas citadas acima, terá direito a estudos autônomos. O aluno receberá orientações de estudos, até 20 dias antes do término do ano letivo. Na última semana, ele será submetido a uma avaliação dos estudos autônomos sendo considerado aprovado se atingir 51%.

Além das orientações acima descritas pela Resolução Nº 001/2010, a escola elabora e executa projetos e oficinas pedagógicas para atender às especificidades dos educandos com dificuldades de aprendizagem, bem como os encaminha para

assistência específica com especialistas da área de saúde e órgãos competentes como SME/SIDE e Conselho Tutelar.

10.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A finalidade da avaliação é o que precisamos considerar para planejar os meios de avaliar e construir os instrumentos. A avaliação institucional deve fazer parte do dia-a-dia da instituição. Entretanto, a adesão só pode acontecer se houver conscientização do papel da avaliação como processo que não pretende ameaçar ou punir, mas sim ajudar todos a crescer. Por isso, proporcionar momentos de estudo e reflexão sobre avaliação junto com os profissionais, alunos e comunidade e elaborar para colocar em prática um projeto de avaliação institucional, onde todos os segmentos da comunidade escolar se auto-avaliarão, e serão avaliados periodicamente, com o objetivo de aprimorar a qualidade do ensino e proporcionar o crescimento profissional de todos.

A avaliação institucional, valendo-se de instrumentos avaliativos aplicados a toda a sua comunidade interna: coordenadores, docentes, alunos e funcionários técnico-administrativos têm o objetivo de favorecer o autoconhecimento. Utilizando-se o processo de auto-avaliação institucional como forma de fortalecer seu compromisso social, favorece a participação responsável de seus atores oportunizando a disseminação do conceito de Avaliação Institucional de seus reflexos institucionais, além de imprimir um caráter reflexivo e formativo ao processo, partindo da avaliação de desempenho de seus atores. No entanto, algumas escolas e essa propriamente dita ainda não desenvolvem a avaliação institucional como deveria. Mas os espaços de discussões já se abrem com objetivo de efetivá-la, pois já se reconhecem a importância que esta tem. A avaliação de desempenho dos professores e funcionários é realizada anualmente pela equipe de gestores da escola através de um modelo enviado pela SME. Após lida e assinada pelo funcionário esta é enviada ao Departamento Escolar (DESC)/SME. Quando o mesmo discorda da forma em que foi avaliado ele registra a sua discordância seguindo o mesmo destino.

11 CONCLUSÃO

O papel do PPP leva a refletir sobre os possíveis caminhos rumo à educação de qualidade. Entende-se que o PPP na escola é extremamente necessário, pois é o norte, definindo metas, ações estabelecendo prioridades, buscando meios de construir uma escola mais humana e igualitária. Com esta visão a EMJRS vem criando espaços de discussões para fortalecer o ensino aprendizagem e promover a interação de toda a comunidade escolar na busca desses objetivos. Trata-se de um desafio e de um processo conquistado a cada dia. A participação de todos na construção do PPP vem de encontro à idéia de uma educação democrática.

Segundo Veiga, (2004, p.37):

O Projeto Político Pedagógico é, em suma instrumento classificador da ação educativa da escola em sua totalidade.

Nesta caminhada existe a reflexão sobre o que a comunidade escolar pensa acerca da visão educacional, do seu papel social como sujeito indispensável na construção da proposta pedagógica e na formação de cidadãos e de uma sociedade mais humana.

É importante ressaltar que o PPP é um instrumento de participação coletiva e assim sendo há uma divisão de responsabilidades onde seus integrantes, de meros observadores passam a ser sujeitos da construção e efetivação do mesmo. Outro foco de igual importância é o significado que o PPP tem pra que se estabeleça uma gestão realmente democrática e uma educação de qualidade. Sua dimensão política e prática é um fator ímpar de democratização da gestão escolar. Na verdade ele se torna um instrumento necessário para gerir o cotidiano de uma escola. O PPP é fundamental nesse contexto uma vez construído participativamente é flexível às mudanças e aperfeiçoamento ao longo de sua execução, definindo ações educacionais estabelecendo uma ponte aos objetivos almejados a realidade de cada unidade de ensino.

Enfim a EMJRS reconhece a importância do PPP como elemento crucial no estabelecimento de uma gestão democrática e uma educação pública de qualidade. Sabe-se que a forma como este é formulado e executado pelas escolas farão toda a diferença para alcançar as metas previamente discutidas e estabelecidas numa ação

conjunta. Não se pode conferir a um instrumento desse porte um simples título de documento legal e obrigatório que permeará as estantes de nossas escolas, deixando-o no anonimato, sucumbido às exigências burocráticas, mas sim um projeto que fará toda à diferença na busca de um ensino de excelência e de qualidade para todos que a ele se achegam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRE, Simone e COSTA, Antonio Carlos Gomes. **Educação para o desenvolvimento humano**. São Paulo: Ed. Saraiva/Instituto Ayrton Senna, 2004

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O Projeto Político no contexto da gestão escolar**. Pernambuco: Ed. da UFPB, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. de 05 de outubro de 1988. Disponível em: [HTTP://WWW.planalto.gov.br/ccivil](http://www.planalto.gov.br/ccivil).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Educação. **Oficina projeto vivencial: regras de apresentação**. 2010. 17 p.

BRASIL: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº. 9.394/96.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IPATINGA MINAS GERAIS. **Regimento Escolar das Escolas Municipais de Ipatinga**. 2006. 35 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IPATINGA MG **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal João Reis de Souza**. 2006. 50 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IPATINGA MG **Plano Municipal Decenal da Educação de Ipatinga 2006 a 2015**. p.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola**. São Paulo: 2004.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Curitiba: Ed. da UFPR, p. 15-22. 68 p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político da Escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1995.